

A longa história das estruturas defensivas de Alfaiates:

Da Idade do Ferro às Invasões Francesas

Marcos Osório (*)

A intervenção arqueológica no castelo

Foram realizadas, entre 2011 e 2012, escavações arqueológicas no castelo de Alfaiates (Sabugal), no âmbito do projeto de iluminação cénica do monumento, que proporcionaram diversos dados merecedores de discussão e divulgação. Tínhamos já anteriormente apresentado uma abordagem à temática militar de Alfaiates (Osório, 2005b), que agora, após esta campanha, merece ser revista e ampliada com algumas informações inéditas.

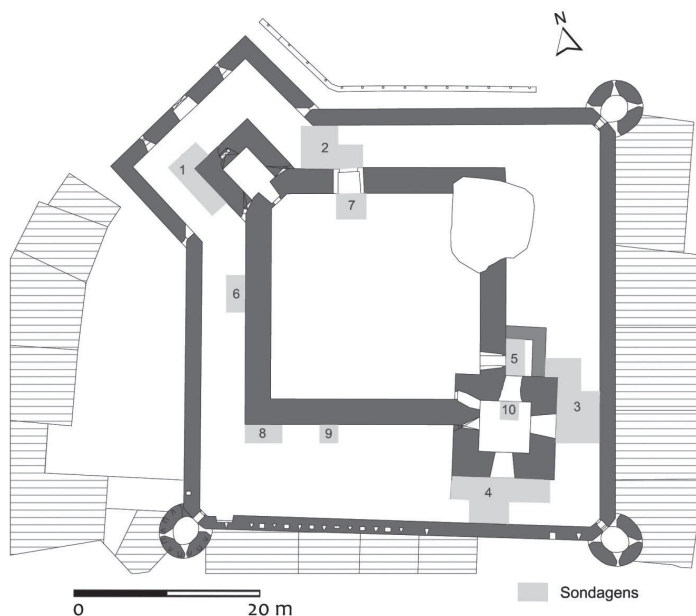


Fig. 1 – Localização das sondagens arqueológicas no castelo de Alfaiates.

As dez sondagens arqueológicas abertas no interior do castelo incidiram fundamentalmente nas áreas de maior impacto de colocação das infraestruturas de iluminação do monumento, não abrangendo o sector nordeste (Fig. 1). Nos pontos intervencionados visava-se efetuar o diagnóstico ao subsolo e avaliar o seu potencial arqueológico.

No decorrer dos trabalhos foram detetadas diversas ocorrências anteriores e contemporâneas à edificação militar, que ampliaram o nosso conhecimento sobre os sucessivos momentos de amuralhamento da povoação, ao longo dos séculos, e mereceram uma análise mais demorada.

Esta era uma oportunidade única de promover o estudo deste monumento militar respondendo a diversas questões existentes, nomeadamente no que concerne à sua data de fundação, aos diversos momentos de reconstrução e ao período de maior destruição do imóvel, extrapolando daí dados sobre as origens primitivas da Vila e sobre a sua própria evolução histórica.

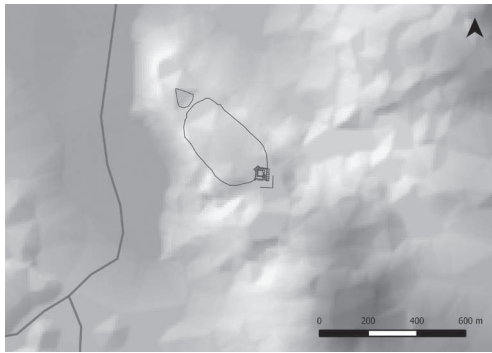


Fig. 2 – Implantação da fortificação militar moderna de Alfaiates no Modelo Digital de Terreno.

Para compreender melhor o processo de ordenamento urbano e defensivo promovido em Alfaiates, ao longo dos séculos, devemos ter em consideração as características físicas do local, que condicionaram fortemente essas decisões. A atual povoação distribui-se fundamentalmente pela cumeada de um esporão topográfico orientado a noroeste, sobranceiro a terrenos de boa qualidade, na veiga da ribeira de Alfaiates, em solos xistosos na intersecção com o granito (mais a norte).

O castelo fica na zona meridional do promontório, a 833 m de altitude, em posição de ligeiro destaque em relação à vila, controlando e defendendo esse acesso natural mais facilitado ao promontório (Fig. 2). O monumento encontra-se perfeitamente integrado no traçado urbano do aglomerado (Fig. 8) e mantém-se ainda bem conservado, fruto dos restauros recentes, embora apresente alguns troços do recinto interior ainda em ruína, bem como a torre de menagem bastante afetada, estando também muito descaracterizado por diversas construções que se encostaram à face exterior dos muros (Fig. 1). Está classificado como *Monumento Nacional* pelo Dec. Lei nº 28/82 de 26 de Fevereiro de 1982, o que implicava que o projeto elétrico tivesse obrigatoriamente um acompanhamento arqueológico permanente.

A povoação possui um admirável passado histórico, com testemunhos ancestrais de presença humana até ao período medieval, altura em que foram erguidos os monumentos mais relevantes da aldeia, para além de um vasto corpo de documentação patente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo à espera de ser transcrito e analisado. Contudo, até ao momento, apenas tínhamos realizado uma única intervenção arqueológica na Vila, na cerca defensiva moderna do arrabalde, na rua da Muralha da Veiga, em 1996. Nesse reduzido trabalho obtiveram-se alguns dados incipientes sobre esse troço de amuralhamento que o dataram dos séculos XVI-XVII e que não permitiram extrapolar muito mais sobre a evolução histórica local.

Também alguns edifícios do centro histórico tinham já sido objeto de vistoria, mas não existiam, apesar disso, informações arqueológicas explícitas sobre a origem do povoamento local e a cronologia de fundação do castelo, tendo que nos cingir apenas às fontes escritas e orais.

Conclusões da intervenção

Pela sua extensão, estas escavações arqueológicas foram fundamentais para a obtenção de novos elementos relativos à história da fortificação, permitindo ainda ampliar o nosso conhecimento sobre as várias etapas de ocupação humana de Alfaiates.

Em primeiro lugar, recolheram-se dados inéditos recuados ao I milénio a.C., especialmente com a descoberta de algumas estruturas e níveis de ocupação no subsolo pertencentes ao período da Idade do Ferro.

Por outro lado, estas ações possibilitaram a obtenção de dados sobre a cronologia de fundação do castelo (da qual havia muitas dúvidas) e, conseqüentemente, uma melhor compreensão das políticas urbanísticas e defensivas empreendidas nesta Vila por D. Manuel I e, durante as Guerras de Restauração, sob o comando do governador Brás Garcia de Mascarenhas. Por último, os trabalhos permitiram ainda entender de forma mais clara o papel tardio do castelo nesta região, durante os sécs. XVIII, XIX e XX, especialmente no decurso dos confrontos militares com a nação vizinha ou contra as forças napoleónicas, e finalmente, quando este foi convertido em cemitério.

1. Estruturas defensivas anteriores ao castelo

1.1. A muralha castreja

As intervenções realizadas no interior do castelo confirmaram peremptoriamente que Alfaiates foi habitada durante a segunda metade do I milénio a.C.

A povoação era tradicionalmente classificada como um castro (Almeida, 1943: 300; Vaz, 1974: 300 e 305), devido à sua antiguidade



Fig. 3 – Fragmentos cerâmicos decorados da Idade do Ferro do castelo de Alfaiates.

histórica e ao seu posicionamento topográfico num local elevado e sobranceiro a um curso de água. Tínhamos algumas evi-dências que apontavam nesse sentido, como por exemplo os fragmentos de cerâmica manual recolhidos na extremidade setentrional do relevo, além de uma mó de vaivém descoberta nas proximidades do cemitério.

Havia também notícia do achado de um machado de pedra polida (Curado, 1987: 6). Contudo, todas estas informações eram bastante vagas para permitir defender com segurança essa primitiva ocupação e insuficientes para a circunscrever espacial e temporalmente.

Em anterior publicação defendemos que a provável mancha ocupacional estaria confinada à extremidade norte do esporão (Osório, 2005a: 40), por ter sido nessa área que se identificaram os únicos materiais conhecidos, além de possuir as melhores condições de implantação. Todavia, estas escavações vieram mostrar, inesperadamente, que a ocupação humana durante a Idade do Ferro deu-se na zona meridional do promontório, onde foi posteriormente erguido o castelo (Fig. 2).

Nestes trabalhos foram aí identificados níveis estratigráficos selados, com abundante espólio e estruturas associadas, que revelaram essa presença por toda a área escavada. Estas camadas de terra mais escura e compacta foram cortadas pelos alicerces das edificações defensivas, sendo anteriores ao castelo.

Os materiais, maioritariamente recolhidos nas sondagens 1, 3, 4, 5 e 10 (Fig. 1), reduzem-se às produções cerâmicas manuais e a torno que se distinguem nitidamente, no fabrico e na morfologia, das restantes cerâmicas mais recentes recolhidas no local, enumerando-se alguns escassos exemplares decorados com motivos incisos, impressos (Fig. 3) ou pintados com bandas de cor avermelhada e branca.

Associados a estes, também se exumaram fíbulas de tipo anular, anular hispânico e transmontano (ver artigo de Salete da Ponte, nas págs. 11-14 desta revista). Para além destes artefactos, recolheram-se duas mós manuais giratórias dormentes, de granito (Fig. 6), três cossoiros de cerâmica, de perfis discóides ou tron-cocónicos, uma conta de colar de pasta vítrea amarelada, uma agulha de osso e outra de chifre.

Este espólio apresenta uma cronologia comum a meados/finais do I milénio a.C. e não foram identificados indícios de ocupação mais antigos, datáveis da primeira metade desse milénio, o que pode ter-se verificado em outras áreas do relevo.



Fig. 4 – Alicerces da muralha castreja identificada no subsolo do castelo.

Relativamente aos testemunhos habitacionais deste período, foi identificada na sondagem 1, a poente da torre setentrional do castelo, uma estrutura de combustão definida por pedaços de barro cozido, associados a cinzas e carvões, ocupando uma reduzida área semicircular. Os alicerces da torre cortaram sensivelmente metade desta estrutura proto-histórica e, após a sua escavação, verificou-se que ela ocupava uma depressão do substrato rochoso. Contudo, não foram recolhidos indícios suficientes que determinassem a sua natureza - se era um forno ou uma lareira.

Na área meridional do castelo, nas sondagens 3 e 4, a intervenção arqueológica revelou uma construção de grandes dimensões correspondente aos alicerces de uma muralha (Fig. 4), revelando que este assentamento populacional pré-romano estava bem defendido por uma estrutura com um mínimo de 2 metros de espessura, embora não tenha sido possível definir rigorosamente as duas faces.

A construção era bastante sólida, com enchimento maciço de pedras de granito, xisto e quartzo, não havendo quaisquer outros dados acerca da sua primitiva altura. No seu paramento facial foi reutilizada uma grande mó de vaivém, em granito, de cronologia mais antiga.

Por outro lado, devido à identificação de restos de um barrote de madeira carbonizada no miolo de pedras, disposto transversalmente à sua face, é possível que esta muralha tenha sido feita com aparelho misto de pedra e madeira, tal como a do povoado castrejo do Sabugal Velho (Osório e Pernadas, 2011: 230), um pouco à semelhança das célebres «timber-laced walls» britânicas (Childe e Thorneycroft, 1938: 55) e dos *murus gallicus* que Júlio César descreveu, compostos de «traves e pedras alternadas» (*De Belo Gallico*, VII: 23).

Um aspeto curioso desta descoberta arqueológica é a possibilidade de ela já ter sido feita, inadvertidamente, em 1643, durante as obras de reabilitação da fortificação, descritas pelo governador Brás Garcia de

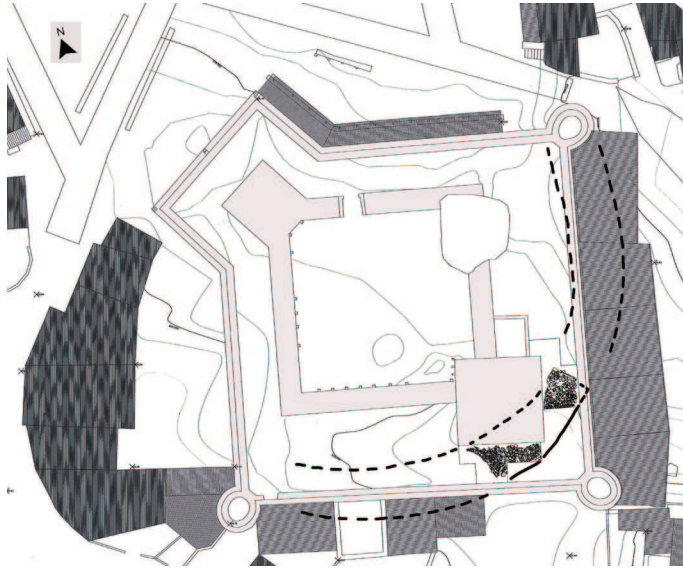


Fig. 5 – Localização das estruturas interpretadas como a muralha castreja na planta do castelo e proposta de reconstituição do seu traçado de acordo com a topografia local.

Mascarenhas: «*ao abrir das cavas e escarpas das trincheiras achei de baixo de mais de 15 palmos de terra duas ordões de muros huã de cantaria cõ cal q erão os alicerces del Rei Dõ M.L outra mais adentro de cantaria cõ barro cousa mais antiga de q inda ficou hũ pedaço debaixo de huã cortina q se foi levantando sobre este muro*» (Saraiva, 1930: 447). Segundo este documento, na abertura das valas de fundação dos muros defensivos da Vila, depararam com uma antiga muralha de cantaria com argamassa de cal, que o autor data do reinado de D. Manuel I, e com os alicerces de outra construção defensiva mais interior, feita de pedra e barro, de cronologia mais antiga. As suas propostas de datação resultam apenas da constatação das diferenças na técnica construtiva empregue.

Em anteriores comentários a este documento, concordámos que o primeiro troço descoberto deveria pertencer à fortificação manuelina, mas o segundo “muro” mencionado sempre suscitou maiores dúvidas (Osório, 2005b: 56), tendo já sido datado da época medieval (Dórdio, 1998: 65) ou do período romano (Vaz, 1989, vol. I: 33).

À luz destes resultados, parece agora claro que Garcia Mascarenhas se referia a esta estrutura defensiva pré-romana, embora a profundidade indicada de «*15 palmos de terra*», equivalente a 3 metros, é maior do que a diferença obtida nesta intervenção arqueológica desde a cota de superfície (a 1,20 m), mas tendo em conta que o atual nível de circulação não corresponderia certamente ao primitivo e que

seria ligeiramente mais elevado que o topo da barbacã, como veremos adiante, a diferença aproxima-se.

Apesar da extensão das sondagens 3 e 4, e da área dos alicerces colocada à vista, não foi possível alargar mais o espaço de escavação compreendido entre as duas muralhas, para definir melhor o seu traçado ou qual a área interior ou exterior da cerca castreja. Tendo apenas em consideração a topografia do terreno onde se ergue o atual castelo e a localização das sondagens reveladoras de níveis ocupacionais sidéricos, cremos que este traçado amuralhado contornaria, pelo lado sul, o primitivo espaço habitado (Fig. 5).

A construção termina subitamente para norte, na sondagem 3, sendo isso interpretado como uma possível porta, e apresentava um traçado curvilíneo, do qual não foi possível obter uma planta mais alargada (Fig. 5).

Concluímos, portanto, que sob o castelo se situava um núcleo habitacional amuralhado, datado da Idade do Ferro, que poderia abranger, para norte do atual castelo, uma área máxima de 5 hectares, da qual talvez não se venha jamais a conhecer a sua real dimensão. Seria um dos castros mais importantes do Alto Côa, pela qualidade dos materiais e pela robustez da construção defensiva. Ficava a poucos 6 km do Sabugal Velho (Aldeia Velha), outro povoado castrejo bastante conhecido, com diversas semelhanças morfológicas e materiais (Osório, 2005a; 43; Osório, 2005c: 89).

1.2. A “cava” romana

Não possuímos informação segura relativamente ao período posterior à ocupação proto-histórica de Alfaiates, mas nesta intervenção foram recolhidos dois fragmentos de cerâmica de construção romana (*tegulae*), na sondagem 6, que confirmam peremptoriamente a romanização de Alfaiates.

Essa presença era já sugerida pela inscrição do tempo do Imperador Augusto¹, encontrada na povoação (Lambrino, 1956: 14-16; Vaz, 1974: 300; Alarcão, 1988a: 66, n.º 4/310) e pelas referências escritas no séc. XVII, por Brás Garcia de Mascarenhas, ao achado de «*m.tas moedas de cobre, 4 ou sinco de prata duas dellas de Sertorio, acharão se estribos cõ cadeas per loros, mós de moinhos de mão, caruões e outros indícios de q se asolou*



Fig. 6 – Mós giratórias manuais de possível cronologia romana, identificadas sobre os níveis de entulho e ruína da muralha castreja.

ali grãde pouoação» (Saraiva, 1930: 447). Infelizmente, o relato apenas nos declara a possível cronologia das moedas, pois a restante descrição pouco mais adianta sobre o assunto.

Conheciam-se também outros materiais avulsos de duvidosa datação clássica, como a cerâmica de construção rolada e as mós manuais circulares recolhidas em logradouros do aglomerado, para além de uma pedra almofadada reutilizada na atual igreja matriz (Osório, 2006: 70).

Contudo, a exata localização dessa mancha de ocupação era praticamente desconhecida (Osório, 2005b: 62-63). Agora, tendo em conta estes dois referidos fragmentos de *tegula*, o aparecimento das fíbulas anulares (Ponte, 2014: 13-14) e das mós manuais giratórias de possível datação romana, em níveis que cobriam os estratos de derrube e revolvimento dos alicerces da muralha (Fig. 6), ganha força a possibilidade da zona ocupada se situar na área imediatamente a sul do castelo, sabendo por outra citação de Brás Garcia Mascarenhas a trabalhos aí efetuados que: «*por fora delle pera a parte do sul adonde chamão as eiras mandei desfazer huãs cauas antigas q girauão pouco menos e mostrauão serẽ de Romanos e serẽ redondas e sã descortino como a caua de Viseo, e q. isto fosse grãde presidio de Romanos»* (Saraiva, 1930: 447). O texto descreve a destruição de uma arcaica construção de terra batida, a meados do séc. XVII, durante a edificação do revelim militar meridional.

Não podemos determinar a localização exata desta estrutura térrea a que autor atribui datação romana. Também não sabemos a sua dimensão, nem a sua função, mas o microtopónimo «*eiras*» ainda perdura hoje a sul do recinto amuralhado, onde existem indícios fossilizados desse revelim no traçado urbano (Fig. 8). Essa zona é a mais elevada de todo o aglomerado de Alfaiates, constituindo um óptimo ponto de controlo visual da paisagem envolvente (Fig. 2).

É curiosa a comparação que o Governador Mascarenhas faz entre estas «*cavas antigas*» e a famosa ‘Cava de Viriato’ de Viseu, o que nos leva a acreditar que ele deparou com sólidas paredes de terra batida, antes de as destruir. Pela sua descrição, ficamos também a saber que apresentavam um traçado circular (acompanhando provavelmente a topografia do terreno) e eram complementadas com fossos, o que se assemelha à tipologia de alguns acampamentos militares republicanos, como já foi sugerido (Osório, 2006: 70).

Mesmo que Brás Garcia de Mascarenhas não seja uma fonte segura de autenticidade histórica, não temos motivos para duvidar dos seus achados e da sua descrição do recinto térreo, até pelo paralelo invocado. Esta tradição da existência em Alfaiates de um acampamento romano foi muito recorrente, como se constata nas anotações referentes aos combates da Guerra Peninsular (1807-1814) feitas por Claudio de

Chaby, em 1863, onde se descreve que «*Wellington (...) fazendo retirar o exercito para a distancia de quasi três léguas, a 27 [de Setembro] o dispoz (...) em frente do antigo campo romano, então e hoje villa portuguesa denominada Alfaiates*» (Chaby, 1863: 436).

Os materiais recolhidos nestas escavações do castelo indiciam que esta presença romana poderá, de certa forma, ter causado a ruína da muralha castreja. A possibilidade do povoado amuralhado indígena de Alfaiates ter sido ocupado e arrasado pelas guarnições romanas que aqui se instalaram não parece muito improvável (Almeida, 1945: 301), tendo até em conta a cronologia das ‘ditas’ moedas de Sertório, recolhidas no séc. XVII.

Merecem especial destaque os testemunhos próximos de outra cerca de terra batida com fosso, a circundar, pelo lado mais acessível, o núcleo populacional fortificado do Sabugal Velho, que foi também habitado no século XIII (Osório, 2005c: 91). Esta constatação pode levar-nos a interrogar se estaria o próprio burgo leonês de Alfaiates, à semelhança do Sabugal Velho, defendido por um muro de terra batida, do lado mais exposto do aglomerado, ou se seria mesmo um recinto de recuada cronologia romana.

Tendo em conta a interpretação etimológica do topónimo “Alfaiates” que temos defendido (Osório, 2005b: 62), derivada do árabe *al-haet* (significando “o muro”), somos levados a considerar que esta construção de terra batida seria bem visível antes dos alvores da nacionalidade e lhe terá dado origem ao seu nome atual², atribuído pelos mouros de passagem ou pelos primeiros povoadores cristãos e moçárabes que para aqui vieram residir. A onomástica árabe atribuída ao lugar rapidamente perdeu o seu significado original, confundindo-se com o termo sonoramente próximo de *al-hayat* (significando “o alfaiate”), que se preservou no léxico português (e não no castelhano).

Os vestígios dessa construção terão sido totalmente destruídos no séc. XVII e dificilmente se poderão identificar evidências arqueológicas nessa área. Mas tudo aponta no sentido da existência de uma construção bem antiga na parte meridional de Alfaiates (Fig. 8), talvez romana, com a qual estariam diretamente relacionadas as *tegulae*, as mós giratórias e as fíbulas anulares descobertas agora no castelo.

1.3. O recinto defensivo medieval

As escavações arqueológicas no castelo não proporcionaram quaisquer níveis de cronologia medieval. A sequência estratigráfica das várias sondagens revelou sempre um hiato entre os níveis pré-fundacionais do castelo e as camadas de regularização do terreno, com materiais de época moderna.

Apenas identificámos nas sondagens 5 e 6 algumas cerâmicas residuais datáveis dos séculos XIII-XIV, de pastas escuras e de fabrico



Fig. 7 – Moedas leonesas recolhidas nas escavações.

grosseiro, associadas a três moedas do reinado de D. Afonso X de Leão e Castela (1252-1284) (Fig. 7) e a três dinheiros de D. Afonso III e D. Dinis (entre 1248 e 1325).

Os numismas do reinado vizinho não são aqui estranhos, pois Alfaiates pertenceu à coroa leonesa até ao Tratado de Alcanizes (1297) e, pela mesma altura, circulariam também moedas portuguesas nas trocas comerciais.

Os materiais foram identificados em níveis de revolvimento, misturados com peças mais recentes, estando nitidamente descontextualizados e provavelmente deslocados.

Este reduzido espólio é insuficiente para defender uma presença habitacional no local, durante esse período cronológico, sendo, pelo contrário, um espaço periférico ao burgo medieval, que se concentrava em torno das igrejas de S. João (atual Misericórdia) e de S. Tiago (atual matriz) – já referidas no *Rol das Igrejas* de 1320-1321 (Dórdio, 1998: 63).

Todavia, podemos sempre admitir que os testemunhos de habitat da Idade Média desta zona tenham sido completamente apagados pelas posteriores construções militares e pelas reformas urbanísticas, e que atualmente estejam extintos.

De igual modo, não foram detetados indícios arqueológicos de que o castelo tenha sido erguido antes do século XVI. E, embora os materiais recolhidos nas sucessivas sondagens não tenham proporcionado cronologias exatas para datar a construção, confrontando esses dados com as informações das consultas documentais e com a análise dos paralelos construtivos, podemos afirmar que o castelo de Alfaiates não recua a sua fundação ao período medieval, como tem sido sugerido (Vasconcelos, 1913: 358; Correia: 1946: 147 e 149; Vaz, 1989: Vol. I, 35; Borges, 1998: 106; Barroca, 2000: 227; Barroca, 2003: 108; Barroca, 2008-2009: 245), mas foi erguido de raiz em período Moderno, como outros já anteriormente tinham apontado (Gutiérrez González *et alii*, 1994: 390; Gomes, 1996: 111; Dórdio, 1998: 65; Sousa, 2007: 39; Soromenho, 2008: 159).

As robustas construções internas do castelo e a cerca baixa exterior devem ser consideradas construções feitas de raiz por D. Manuel I, como Brás Garcia defendia um século depois deste reinado: «*Adonde agora está a igr.^a matris que parece moderna esteue o Castello, el-Rei Dõ M.l o mudou p.^a donde agora está 300 passos adiante en sitio baixo e m.to peor do q teue*» (Saraiva, 1930: 447).

Das palavras do antigo Governador de Alfaiates depreende-se que houve um primitivo recinto defensivo a cerca de 90 metros do castelo (Gomes, 1996: 111), nas imediações da atual igreja matriz, do qual não foram ainda encontrados vestígios consistentes (Osório, 2005b: 60).

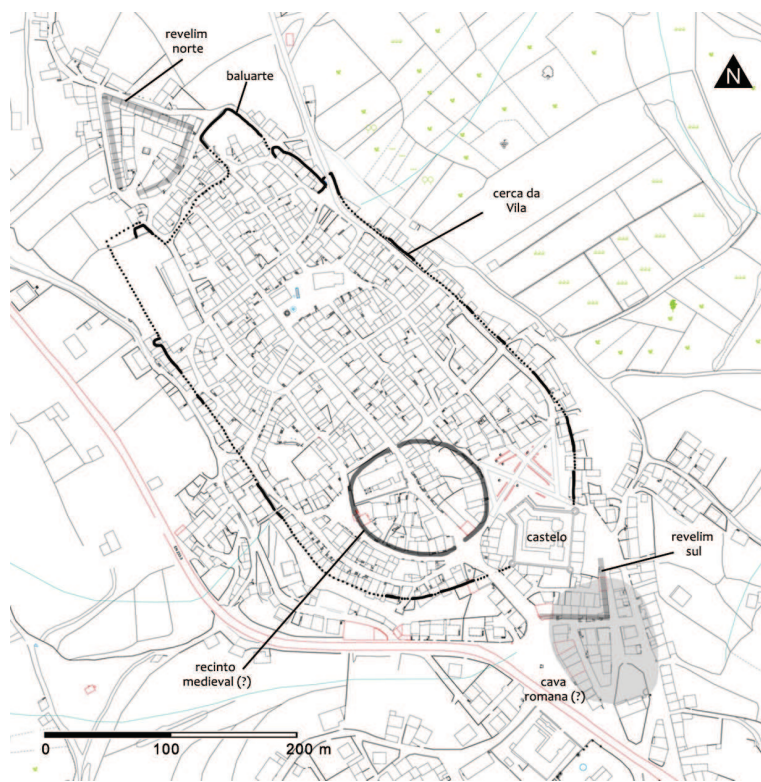


Fig. 8 – Planta da Vila de Alfaiates assinalando os principais traçados defensivos referidos no texto.

Outro documento datado de 1644, escrito pelo Abade de Pera, João Salgado de Araújo, reitera este argumento de Brás Garcia de Mascarenhas, ao dizer que «Quando era da coroa de Castela lhe chamavam Castilho de Luna. Mas aquella se desfez. El Rey Dom Manoel o mudou pera o sitio, que hoje occupa» (Araújo, 1644: 101)³.

Alguns autores não acreditam nesta hipótese (Vaz, 1989, vol. I: 35 e 38; Sousa, 2007: 34). De facto, não temos evidências arqueológicas que a confirmem, mas a sua localização aí não é descabida, e até é sugerida por algumas pedras sigladas que se conservam nas casas do largo da igreja (e que não se observam em mais lado nenhum) (Fig. 9) e por algumas referências populares ao aparecimento, há décadas atrás, de grandes muros nas valas das infraestruturas subterrâneas dos arruamentos envolventes.



Fig. 9 – Marcas de canteiro em edifício do largo da igreja.

A outra possibilidade aventada para a localização do castelo medieval seria na zona da Igreja da Misericórdia (Gomes, 1996: 111; Sousa, 2007: 34), tendo por base o traçado dos arruamentos, o alinhamento dos quarteirões e a ideia de que este primitivo templo fora anteriormente a matriz da Vila.

Não duvidamos da existência de uma fortificação em Alfaiates, anterior ao séc. XVI, pois sabemos-lo pelas inúmeras referências documentais.

A mais antiga manifestação da sua existência recua a 1191, quando D. Afonso IX de Leão,

num documento enviado ao bispo de Ciudad Rodrigo, lhe outorga os direitos sobre o «*castello dicto Alfayates cum terminis per duae leguae in circuito*» (Martín Viso, 2008: 103). O texto separa explicitamente aquelas que eram simples aldeias dos sítios que eram classificados como castelos. No entanto, tendo em conta a referência ao provável povoado amuralhado medieval do Sabugal Velho nessa listagem de castelos (Martín Viso, 2009: 60), é de presumir que as primitivas estruturas defensivas de Alfaiates, tal como as do Sabugal Velho, se reduzissem a uma mera cerca de alvenaria de xisto, contornando um reduzido núcleo populacional, ainda sem um castelo propriamente dito.

E deve ser nesta condição que, mais tarde, no Tratado de Alcanizes, assinado entre Portugal e Espanha (1297), fala-se na devolução de castelos a Portugal e aí reaparece Alfaiates: «(...) *Eu El Rey Dom Fernando, entendendo, e conoscendo, que vós aviades direito en alguns Lugares dos Castellos, e Villas de Sabugal, e de Alfayates, e de Castel Rodrigo, e de Villa Mayor, e de Castel Boom, e de Almeida, e de Castel Melhor, e de Monforte, e dos outros Lugares de Riba Coa, que vós Rey Dom Diniz teendes agora en vossa mão*». Nas memórias do próprio rei D. Fernando IV de Leão e Castela (1295-1312) é referida também a obtenção por D. Dinis das vilas e castelos de Castelo Rodrigo, Sabugal e Alfaiates (Benavides, 1860: 37).

Posteriormente, o cronista Rui de Pina (1440-1522) enunciava o castelo de Alfaiates na listagem de obras que o rei D. Dinis teria mandado fazer (Pina, 1945: 323; Barroca, 1998: 810). E em documento redigido pela Irmandade de Riba Côa ao regente D. Pedro, datado de 22 de Janeiro de 1444, são elencados os castelos dessa irmandade,

onde também vem referido Alfaiates (Moreno, 1986: 30-32; Moreno, 1999: 121-122). Talvez D. Dinis tenha empreendido esforços para o erguimento de uma construção militar de raiz, mais robusta, diferente do mero anel de muralhas circundante ao burgo leonês.

Imaginamos que essa primitiva fortificação se resumia a uma cidadela destinada ao refúgio dos moradores - à semelhança do castelo de Vilar Maior (com 50 m de diâmetro) (Martín Viso, 2004: 53; Fernandes e Osório, 2013: 98) - talvez apetrechada ou não por uma torre. Na análise da fotografia aérea e da planta do aglomerado de Alfaiates, constata-se a disposição circular das casas a sul do largo da igreja (Fig. 8), onde Garcia Mascarenhas defendia a sua localização, que parece dissimular o primitivo traçado de um recinto com cerca de 90 m de diâmetro - aproximadamente a mesma dimensão, por exemplo, do castelo de Celorico da Beira ou de Castelo Melhor, próximos desta região. No interior dessa cidadela tinha que encontrar-se erguida já a igreja referida no Rol de 1320-1321.

Este “castelo” estaria bastante arruinado e a precisar de reforma, em 1502, porque foi proposta nas Cortes de Lisboa a obtenção de uma avultada soma de dinheiro para o «*fazimento de muros, torres e barreiras*» (Castelo-Branco, 1997: 5). E em 1510, o rei D. Manuel I afirmava num documento passado aos moradores que «*nos mandemos fazer fortaleza na dicta vila de Alfaiates*» (Gomes, 1996: 111; Dórdio, 1998: 63).

É também curioso que o seu escudeiro Duarte d’Armas tenha percorrido toda a raia portuguesa, desenhando e avaliando o estado de conservação dos castelos fronteiriços, um ano antes deste documento régio, e não tenha deixado registo da fortificação de Alfaiates, ao contrário de Vilar Maior e do Sabugal (Castelo-Branco, 1997). Será este mais um indício do seu estado de ruína (Soromenho, 2008: 55) ou do facto de nunca ter sido acabado, como aconteceu por exemplo com as fortalezas vizinhas de Vila do Touro e de Caria Talaia (Osório, 2010: 74)? Talvez por isso seja tão difícil identificar hoje os seus restos construtivos no aglomerado de Alfaiates.

Neste sentido, é de presumir que o novo projeto militar, em vez de reformular e adaptar o antigo castelo medieval, em posição dominante no centro da vila, às mais modernas exigências militares, optou por erguer na periferia do burgo uma construção adequada à defesa e ao ataque com fogo de artilharia.

Por essa altura, devia já estar estabelecido o traçado urbano de características ortogonais que atualmente se observa na povoação (Fig. 8), com 3 eixos longitudinais de 300 m, cortados por 3 transversais, mais curtas, de 150 m, dividindo o aglomerado em 15 quarteirões regulares de 70 X 30 m, à maneira das *bastides* europeias que se

difundiram entre os séculos XII a XIV. Segundo os estudiosos, estas povoações de planta regular e de linhas geométricas dispunham frequentemente de uma muralha envolvente, com uma série de portas de onde partem ruas diretas a uma praça central. Localizavam-se em pontos elevados e difundiram-se pelas regiões menos povoadas e de manifesta instabilidade política, como um meio das autoridades procurarem atrair gente. As *bastides* eram geralmente de pequenas dimensões, contendo 1000 a 2000 habitantes (Gaspar, 1969: 198).

A implantação desta malha urbana pela cumeada do relevo de Alfaiates deve recuar ao séc. XIII, pela mesma altura que se estabeleceu o traçado ortogonal da aldeia do Sabugal Velho (Osório, 2005c: 90-91). Esse novo ordenamento das construções habitacionais e dos espaços públicos deve ter apagado a fisionomia urbanística romana e alto-medieval anterior de Alfaiates.

Um aspeto a ter em conta é que este município nunca desempenhou, na Baixa Idade Média, um papel de relevo no contexto de Riba-Côa, ao contrário do verificado, mais tarde, no reinado de D. Manuel I (Sousa, 2002), o que parece indiciar também a fraca importância militar que tiveram as estruturas defensivas medievais de Alfaiates.

Na “Crónica de D. Manuel I”, de Damião de Góis, encontramos mais fundamentação para a hipótese de edificação moderna do castelo, pois aí é apresentado um rol de obras militares, religiosas e civis de iniciativa régia, onde o cronista cita: «*fez ho castello Dalfajates, & mandou cercar ha villa*», ao passo que no mesmo texto, em oposição, indica que em Almeida apenas «*reparou ho castello*» existente (Barroca, 2003: 98). Isto pressupõe uma construção feita de raiz e não a adaptação de uma fortificação prévia.

2. A fundação do castelo moderno

A planta do castelo de Alfaiates é um «amplo quadrado com duas torres igualmente quadradas, erguendo-se nos ângulos opostos» cuja arquitectura militar é tipicamente moderna (Dórdio, 1998: 63; Barroca, 2000: 227), assemelhando-se, por exemplo, ao castelo de Vila Viçosa (1525-1537), que tem também torres⁴ tangentes aos cunhais das duas esquinas (Fig. 10).

Apesar de Mário Barroca alegar que a grande torre meridional é uma obra de fundação medieval (Barroca, 2000: 227; 2003: 102), concordamos com José Alexandre Sousa de que «*é difícil de traçar uma eventual reutilização de anteriores estruturas supostamente existentes no local*» (Sousa, 2007: 38), pois não se identificam quaisquer traços de sucessivas fases construtivas.

Contudo, é inquestionável que esta é a construção inicial da fortificação, dado que as paredes do recinto interno encostam-se

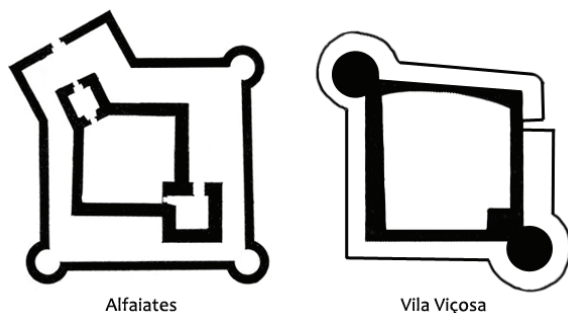


Fig. 10 – Desenho comparativo da planta dos castelos de Alfaiates e de Vila Viçosa.

completamente a ela, ao contrário, por exemplo, da torre de menagem do castelo de Vilar Maior, que foi adossada exteriormente à primitiva cidadela leonesa (Fernandes e Osório, 2013: 98). Mas seria impensável que o “castelo” de Alfaiates, constantemente referido na documentação medieval, se resumisse apenas a esta torre.

Ela ostenta a simbologia manuelina na janela virada a sul (Fig. 11) bem como no arco da porta principal da cerca exterior (Fig. 32), o que embora não seja prova da sua edificação de raiz, vinca bastante essa intenção.

Tendo em conta a documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, é possível distinguir dois momentos de edificação militar em Alfaiates na 1ª metade do séc. XVI: as intervenções do mestre Martim Teixeira adjudicadas num contrato datado de 1520 e as ações descritas nesse documento, e noutros, relativamente a empreitadas anteriores.

O contrato de 1520 é o único documento referente a obras em Alfaiates feitas por Martim Teixeira e é uma das mais importantes fontes para este estudo (Barroca, 2003: 102, nota 29). Nele são definidas as seguintes ações: «se obrigou fazer hũu muro e cerca darredor do arrualde e povoaçom dAlfayates (...) os quaaes muros çarraram de hũua parte e da outra com o castello da dita villa e tomara dentro todas as casas della» (Viterbo, 1922: 85). Além desta empreitada, existem também referências explícitas a intervenções do mestre no castelo, anteriores a essa data.

Por exemplo, aí se ordena que as ameias e as seteiras que se façam na cerca da Vila seriam «da gramdura que sam as outras que o dito Martim Teixeira fez na fortaleza da dita villa» (Idem, 84-85), bem como as portas da cerca «pollo preço de dinheiro que ouue polo outro



Fig. 11 – Brasão de Armas Reais sobre a janela da torre de menagem virada a sul.



Fig. 12 – Porta principal do castelo, vista do interior.

que na dita fortaleza fez». Como o castelo possui duas portas, não sabemos a qual se refere: se à do recinto interior (virada a norte) (Fig. 21) ou à da muralha baixa (para o exterior) (Fig. 32). Ambas apresentam as ombreiras biseladas, características da Baixa Idade Média e Época Moderna, mas provavelmente, a menção aplica-se à porta interior, e daqui se depreende que a exterior ainda não estivesse completamente acabada, nessa altura, aliás como ainda hoje se verifica (Fig. 12).

Destas afirmações se conclui que, pelo menos, Martim Teixeira fez trabalhos nas portas, ameias e

seteiras da fortaleza, pouco antes de 1520. Julgamos que não foram meras intervenções de melhoria de uma construção pré-existente, mas realizadas no decurso de uma edificação de raiz. Em outra passagem do contrato é referida uma determinada cláusula que deveria ser idêntica àquela definida quando «*se fazia a dita fortaleza da dita villa*» (Idem: 86). Se as obras nas seteiras, ameias e portas poderão indiciar apenas reparações em estruturas preexistentes, esta passagem defende uma obra feita de raiz.

Mais à frente, neste contrato, ao referir-se à construção da cerca da Vila, são também mencionados uns «*muros velhos*». Aí era especificada a «*condiçom que toda a cantarya e alvenaria que estiver nas paredes e aliceces dos muros velhos que (...) possa tomar e se aproveite della sem lhe descontarem cousa alguua (...). E porem se alguns aliceces estiverem boos e fortes pera sobre eles se poder assentar a dita obra elle há asentara sobre eles*» (Idem: 86). Ficamos a saber que Martim Teixeira foi autorizado a aproveitar toda a «*cantarya e aluenaria*» dos muros preexistentes, mas se alguns estivessem «*boos e fortes*» poderia sobre eles assentar a sua edificação.

Não sabemos a que estruturas se refere esta passagem, pois a intervenção militar ao redor da vila foi ampla. Se ocorreu no castelo, esta passagem do contrato de 1520 poderia, por um lado, aludir à muralha castreja proto-histórica detetada nos níveis pré-fundacionais, mas, por outro, constituiria um forte argumento de que o castelo erguido por Martim Teixeira teve por base os alicerces de uma anterior fortaleza medieval (Barroca, 2003: 102 e 108).

Contudo, dado o contexto da citação, referente à segunda fase das obras «*darredor do arrabalde*», numa altura em que o castelo estaria já concluído, cremos que esta menção se deve aplicar aos referidos restos construtivos medievais existentes, provavelmente, na zona da atual igreja matriz (Fig. 8). Aqui se entende o porquê dos testemunhos desse primitivo reduto medieval de Alfaiates estarem completamente apagados e não terem perdurado até aos nossos dias: a pedra foi simplesmente retirada para as construções militares manuelinas.

Em súpula, pelas referências no documento de 1520, parece depreender-se que o castelo já estaria edificado alguns anos antes (Dórdio, 1998: 63), embora pudesse ser obra demasiado volumosa para ser feita numa década, entre a declaração do documento de D. Manuel I (1510) e este novo contrato.

Na menção a Alfaiates, datada de 1514, no *Auto que fez o corregedor da comarca da Beira, por ordem real, em que declara quantas herdades, vilas e lugares há na dita comarca e suas jurisdições* (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 15, n.º 130), indicando as «*uillas q sam todas cerçadas e outras q tē castelos ssomte*» (Pereira, 1988: 65), não sabemos se se aplica à fortificação medieval ou refere-se já às novas estruturas modernas que estavam a ser erguidas por essa altura, pois há registo, por volta de 1512, de obras iniciadas (Dórdio, 1998: 63; Soromenho, 2008: 160).

Basta consultar os fundos do corpo cronológico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo para identificar diversos alvarás registando pagamentos de obras no castelo, entre 1512 e 1528 (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 107, n.º 42), que comprovam trabalhos contínuos a decorrer na Vila, nas primeiras décadas do séc. XVI. Em particular, destaca-se o documento de 1512, onde são atribuídos 300.000 réis a Luís do Mercado para pagar ao fazedor das obras, para se «*prossequirem as mesmas*» (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 11, n.º 31).

Temos que ter em consideração que este projeto militar se enquadra plenamente na promulgação do foral à vila por D. Manuel I, em 1515, constituindo um período de grande prosperidade e desenvolvimento urbano e militar de Alfaiates.

Se as obras do castelo se fizeram de forma bastante rápida até à data do contrato de Martim Teixeira (1520), sabemos, porém, que a construção da cerca à volta da Vila, adjudicada com prazo de dois anos (Viterbo, 1922: 86), ainda decorria por volta de 1525, quando o arquiteto Diogo de Arruda fez medições e vistorias aos trabalhos já realizados, na qualidade de Medidor do Reino (Dórdio, 1998: 63; Barroca, 2003: 102; Sousa, 2007: 31 e 39, nota 34; Soromenho, 2008: 159), segundo o que consta no alvará de D. Manuel I (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 32, n.º 27). Esta construção militar rodeou a malha urbana ortogonal

da *bastide* de Alfaiates (Dórdio, 1998: 65), que já devia recuar algumas décadas e que se preservou até aos dias de hoje no aglomerado (Fig. 8).

Numa citação das *Demarcações da Fronteira*, datada de 1537, é descrito o «*castello bom e novo*», depreendendo-se, uma vez mais, que estaria concluído há poucos anos, ao contrário da cerca defensiva, onde é declarado: «*sera cousa muito proveitosa acabar-se a cerca da villa porque o mais esta fecto e bem, e de novo*» (Moreno, 2003: 77). Provavelmente, o amuralhamento completo da Vila jamais foi concluído, com o desenrolar da Crise de Sucessão a partir de 1580, altura em que a Península conheceu um governo unificado pela Dinastia Filipina.

Um outro aspeto histórico que não estava devidamente esclarecido era saber se a obra de Martim Teixeira, anterior a 1520, se cingiu ao recinto interno ou englobou a dupla cerca do castelo.

Concordamos com aqueles que defendem que a cerca baixa externa foi erguida na mesma altura da sólida construção interior, não podendo ser mais tardia do que as primeiras décadas de quinhentos (Sousa, 2007: 38, nota 33), dado que os castelos de Vilar Maior e Sabugal possuíam já duas cinturas de muralhas nas respetivas gravuras de 1509. Existem diferenças morfológicas e tecnológicas entre os dois muros do castelo, mas eles revelam sincronia entre si e formam um sistema defensivo congruente, definindo no baluarte saliente da fachada uma entrada em cotovelo para o espaço interior (Gutiérrez González *et alii*, 1994: 393) (Fig. 1).

Contudo, em 1520, foi adjudicada a Martim Teixeira a construção de cubelos na muralha do arrabalde (Viterbo, 1922: 85), dos quais ainda se conserva intacto um exemplar num edifício da encosta poente (Fig. 8), mas não são mencionados os cubelos do castelo. Estariam já erguidos ou terão sido feitos mais tarde?

Os cubelos nas esquinas da barbacã de Alfaiates são soluções defensivas tipicamente modernas, semelhantes a outras fortificações



Fig. 13 – Alicerces da torre de menagem do castelo.

portuguesas, como Castro Marim ou Évora Monte (Barroca, 2003: 111), permitindo-nos defender que este projeto é sem dúvida moderno e da responsabilidade de D. Manuel I e não obra tardia do século XVII, como alguns sugeriram (Vasconcelos, 1913: 357; Vaz, 1974: 307; Vaz, 1989: vol. I, 26).

No contrato de Martim Teixeira é referido, relativamente à muralha que rodeia a Vila, que «*será asemtada com cal*» «*sem aver cousa alguua de barro na dita fiada*» (Viterbo, 1922: 84). Esta descrição coincide com os registos das sondagens arqueológicas realizadas nos alicerces da dupla cintura amuralhada do castelo, que confirmam a presença de abundante argamassa como ligante da alvenaria (Fig. 13) – mais um aspeto que sugere uma datação moderna, pois são menos frequentes nas construções medievais.

As marcas de canteiro, muito abundantes nas construções baixo-medievais desta região, como na torre do facho de Sortelha (Osório, 2012: 103-105) e na torre de menagem de Vilar Maior (Robalo, 2009: 52), aqui são praticamente inexistentes, o que também contribui para não recuar a edificação do castelo ao período gótico – embora o fenómeno tenha perdurado na arquitetura moderna (Osório, 2013: 103 e 110).

Apenas se identificou uma marca na torre de menagem, outra na torre setentrional, uma no arco de entrada principal e quatro na barbacã (Robalo, 2009: 50). As marcas são, no geral, de traço fino e de natureza alfabética (N e F) ou geométrica (losango, retângulo e semicircunferência) (Fig. 14), distinguindo-se das que se observam no largo da igreja (Fig. 9)

Cabe referir, a este propósito, que entre as pedras que compõem a primeira fiada dos alicerces, em vários pontos da fortificação (três vezes na torre de menagem e duas no recinto defensivo interno), repete-se um sinal geométrico semicircular, de 16 cm (Fig. 15), que não deve ser uma marca de canteiro⁵. Ignoramos o seu significado, mas talvez se trate de um sinal relacionado com o nivelamento ou com alguma medição do embasamento construtivo pela sua sistemática repetição à mesma cota (Fig. 15).

Ela aparece também no cunhal da esquina sudoeste da torre de menagem, a poucos metros do

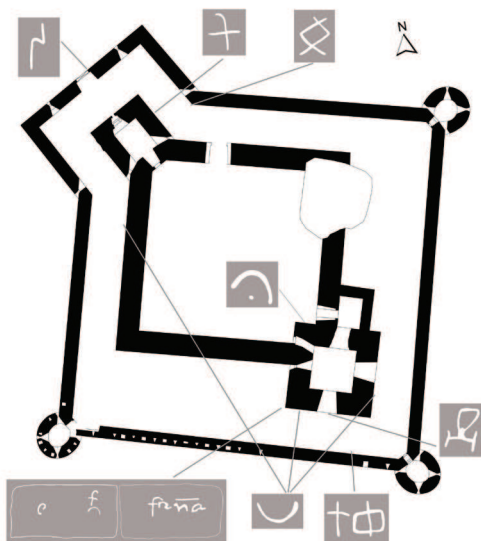


Fig. 14 – Marcas de canteiro, sinais e inscrição gravadas no castelo.

ção, associada às letras C e F (Fig. 14), enquanto na face contígua se lê o nome «fernã» (Osório, 2013: 87-88). Os caracteres da inscrição enquadram-se em cronologias do século XVI e “Fernão” ou “Fernando” eram antropónimos bastante comuns nesse período, mas este indivíduo não seria um mero operário da fábrica do castelo, mas alguém com elevada formação para conseguir assinar o seu nome. Mário Barroca esclarece-nos que os mestres-arquitetos responsáveis pelas obras militares passaram a assinar com maior regularidade o seu trabalho, a partir de finais do séc. XIII e inícios do séc. XIV (Barroca, 1998: 812). Mas, neste caso, o mestre construtor da fortificação moderna de Alfaiates está documentado, como já vimos.



Fig. 15 – Sinal gravado nos alicerces da torre de menagem.

Há apenas a menção, em documentos da Torre do Tombo (datados de 1524 a 1526), a um alcaide-mor e vedor das obras de Alfaiates, identificado como Fernandes Álvares de Alvim (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 107, n.º 42) ou Fernão Álvares de Aboim (*Idem*, mç. 113, n.º 137 e mç. 133, n.º 49). Nessas notas de

pagamento, emitidas pela coroa, é indicado que ele fora incumbido de entregar as verbas ao escrivão delas - João Vaz - após a respetiva medição das obras. Se a rúbrica na parede da torre parece denunciar uma ligação à construção militar, o motivo pelo qual este presumível vedor das obras perpetuou o seu nome para a posteridade, neste local, é difícil de compreender. Seria uma forma de assinar a obra medida, para efeitos contratuais? A provar-se a sua autoria, teríamos aqui uma data para a eventual conclusão da edificação da torre de menagem.

A sapata da torre de menagem era constituída, em alguns pontos, por três fiadas de grandes blocos de granito semiafeiçãoado (Fig. 13), bastante salientes, agregados com argamassa pobre de cal. Encontrava-se praticamente à cota superficial e atingia um máximo de 1,20 m de profundidade. Em todo o alicerce da torre de menagem, colocado à vista nos três lados da torre (Fig. 1), não se observaram quaisquer testemunhos de uma construção prévia, nem sobreposições de paramentos que provassem reconstruções ou sucessivas fases de edificação.

Nas sondagens aos alicerces da cerca interna e do torreão setentrional não se repetem as mesmas soluções fundacionais da torre de menagem,

assentando os seus primeiros silhares isódomos diretamente sobre o substrato rochoso (ligeiramente escavado ou não), entremeados por uma camada de argamassa - uma solução construtiva distinta da torre meridional, por meras questões técnicas e geológicas, e não por diferenças cronológicas.

Nas diversas áreas intervencionadas ao longo do circuito interno, entre muralhas, foi sendo sistematicamente detetado, a poucos centímetros da superfície, um nível de xisto desfeito e compactado, bastante espesso, formando uma espécie de pavimento batido, selando os alicerces e os estratos mais antigos, e assinalando o término da construção do monumento militar (ver u.e. 2 no corte estratigráfico da figura 16). Este provável piso abrangia toda a liça (o espaço compreendido entre as paredes do duplo recinto murado: Monteiro, 1999: 86, nota 45), sem evidências de dois momentos construtivos.

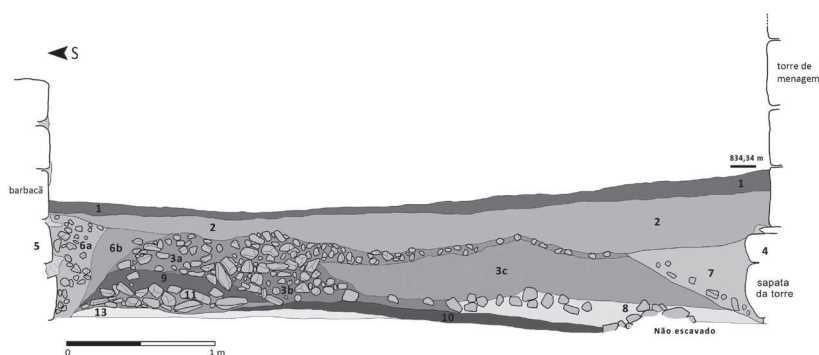


Fig. 16 – Corte estratigráfico da liça do interior do castelo, na sondagem 4.

O atual nível de circulação no interior do castelo equipara-se à primitiva cota térrea quinhentista. Mas sabemos, com base em várias informações orais, que o interior do castelo estava, há poucos anos, mais alteado, fruto de sucessivos entulhamentos até à sua derradeira utilização como cemitério (séc. XIX e XX). Posteriormente, a cota foi rebaixada, de novo, com a transladação dos restos funerários para o novo cemitério e com as obras de restauro do monumento. Por isso, nestes trabalhos arqueológicos, logo que foi retirada a camada superficial atingiu-se a cota de circulação do séc. XVI, sem termos uma sequência estratigráfica posterior a essa fase (Fig. 16).

Abaixo desse nível, definiam-se de imediato os estratos de revolvimento, de entulhamento e as valas de fundação dos alicerces do castelo e da barbacã. O curioso é que ambas se encontravam praticamente à mesma cota, tal como as suas sapatas, não revelando diferenças altimétricas nas respetivas bolsas de enchimento. Os perfis estratigráficos desenhados revelam que as sapatas dos alicerces da muralha, torre e barbacã, cortavam fundamentalmente estratos ocupacionais de cronologia proto-histórica (Fig. 16).

Portanto, são estas algumas das evidências obtidas nestes trabalhos arqueológicos que defendem uma edificação simultânea das cercas interna e externa do castelo de Alfaiates, seguramente durante a 1ª metade do séc. XVI. Contudo, o muro exterior não terá sido acabado nesta fase, como veremos a seguir.

3. Intervenções defensivas do século XVII

Não temos noção do momento de conclusão ou interrupção dos trabalhos construtivos no castelo, iniciados por D. Manuel I, mas sabemos que a fortificação, a meados do século XVII, ainda precisava de acabamentos, tendo em conta o desencadear da Guerra de Restauração contra a nação vizinha. Sendo uma praça-forte raiana, o castelo de Alfaiates merecia também a sua adaptação às novas exigências bélicas, para assegurar a defesa preventiva da fronteira portuguesa.

Em 1641, no contexto da Restauração da Independência, o engenheiro-militar holandês João Pascácio Cosmander foi enviado por D. João IV para proceder a uma inspeção do castelo de Alfaiates (Lucca, 2012: 130). Este militar foi incumbido, primeiramente, de vistoriar o seu estado de conservação, pois estaria provavelmente em ruína ou inacabado (especialmente a cerca exterior do castelo), não havendo referências documentais a quaisquer esforços de manutenção e melhoria do monumento durante o período da União Ibérica (1580-1640), pelo abandono a que foram votadas as praças militares fronteiriças. Mas, após a independência de 1640, essa necessidade militar tornou-se imperiosa e daí as imprescindíveis medidas tomadas pela coroa portuguesa, neste e noutros castelos raianos. Mais tarde, em 1647, Cosmander, em ato de traição a Portugal, mudou-se para o lado espanhol, tendo sido mortalmente ferido, em Junho de 1648, em Olivença.

Seguidamente, entre 1641 e 1642, Brás Garcia de Mascarenhas é empossado pelo monarca português no cargo de Governador da Praça-forte de Alfaiates (Vasconcelos, 1913: 356), encarregando-se da reconstrução e conclusão da fortificação militar da Vila, iniciada no séc. XVI, recorrendo agora a novas soluções defensivas – como os baluartes e os revelins.

Em carta enviada a Francisco Brandão, em 1643, deparamos com alguns excelentes dados sobre as edificações militares seiscentistas, no relato sumário das intervenções que este comandante empreendeu em Alfaiates: «*emandando me sua majestade a governar e fortificar esta praça*» «*ao abrir das cavas e escarpas das trincheiras*» «*inda ficou hu pedaço debaixo de hua cortina que se foi levantando sobre este muro*» «*a fortificação que fiz nella em 3 meses 4680 pes geométricos ate o castello e por fora delle pera a parte do sul adonde chamão as eiras mandei desfazer huas cauas antigas*» (Saraiva, 1930: 447).

Não se identifica aí uma referência clara de Brás de Garcia de Mascarenhas a obras no castelo e depreende-se que o principal objetivo era concluir o fecho da cerca defensiva em torno do aglomerado (iniciada em 1520 por Martim Teixeira) (Gomes, 1996: 111). Contudo, comparando os seus testemunhos escritos com os troços arruinados atuais (Fig. 8), cremos que este projeto de amuralhamento da povoação poderá também não ter recebido os meios humanos e financeiros necessários para o seu total acabamento.

Existem por isso pormenores na narração que nos levam a interrogar sobre a dimensão real do seu trabalho, como já abordámos noutra publicação (Osório, 2005b: 57). Alguns autores defendem, conseqüentemente, que ele apenas terá feito obras no castelo, não se estendendo para a cerca urbana (Vasconcelos, 1913: 357; Vaz, 1974: 307; Vaz, 1989: Vol. I, 26).

Este argumento tem por base uma suposta afirmação de António Carvalho da Costa, na sua *Corographia Portuguesa* de 1708, que não localizámos, mas que foi citada como dizendo: «Quando Brás Garcia Mascarenhas chegou, a fortaleza estava por terra. Aproveitando o material existente, construiu o castelo no espaço de 3 meses. Construiu uma fortaleza muito maior e muito mais adaptada às lutas do tempo que a anterior. A muralha por ele delineada era mais baixa. Em 3 dos salientes do forte havia 3 tambores circulares, talvez para colocação de bombardas. Estes tinham cerca de 5,80 metros de diâmetro médio. (...) Mas a existir outra fortaleza anterior a esta de Brás Garcia Mascarenhas, como seria ela? Seria talvez um pequeno quadrado com cerca de 28 metros de lado, com torres nos ângulos Norte e Sul» (apud Vaz, 1989, vol. I: 35).

Este trecho defende que Brás Garcia de Mascarenhas terá construído de raiz a barbacã do castelo. No entanto, não lhe podemos dar o caráter de um testemunho presencial, nem se fundamenta em qualquer tipo de documento, mas é apenas uma opinião distanciada, que carece de provas concludentes.

As diferenças arquitetónicas e construtivas entre os paramentos do castelo e o aparelho da barbacã contribuem para datar o muro exterior como uma obra tardia do capitão Mascarenhas. Enquanto o



Fig. 17 – Cubelo sudeste da barbacã, visto do topo da torre de menagem.

interior apresenta, de facto, «*certo arcaísmo medieval*» (Sousa, 2007: 38), com grande geometrismo e cantaria de aparelho isódomo; a cerca exterior denota maior modernidade, pelo rebaixamento da sua altura total e pela utilização de cubelos circulares para artilharia, em cada vértice, apesar do tradicionalismo ainda patente das «*ameias rasgadas por seteiras*» (*Idem*: 39).

Todavia, sabe-se que as cercas baixas de envolvimento dos recintos e torres fortificadas são estruturas tipicamente baixo-medievais ou renascentistas (Gomes, 1996: 111; Dórdio, 1998: 63), que foram sistematicamente acompanhadas, nas obras manuelinas, pela «*edificação de cubelos adaptados à artilharia*» (Gomes, 1996: 70), como é o presente caso.

Assim, mesmo que tenha havido duas fases construtivas no monumento, com uma última etapa correspondente ao reforço da defesa externa do castelo por muralha baixa com cubelos (Fig. 17), ela ocorreu ainda na 1ª metade do séc. XVI, embora possa nunca ter sido terminada nesse período e somente um século depois. As referências indiretas do contrato do pedreiro Martim Teixeira (1520) a seteiras rasgadas na fortaleza parecem atestar com segurança uma fundação manuelina (Viterbo, 1922: 84-85).

O problema reside na afirmação de Brás Garcia de que «*a fortificação q fiz nella en 3 meses*», o que vem apoiar aqueles que consideram que se cingiu apenas à barbacã (Vasconcelos, 1913: 357, nota 2). Certamente que a muralha baixa exterior do castelo era a única edificação militar que poderia ter sido acabada em tão curto espaço de tempo, pois era impossível reconstruir e amuralhar a totalidade da povoação em três meses. Será apenas um exagero vanglorioso do militar ou na verdade ele apenas teve tempo para intervir no castelo?

No entanto, esta pretensiosa afirmação de Brás Garcia de Mascarenhas é acompanhada da medida exata de «*4680 pes geométricos ate o castello*», estando a referir-se naturalmente à muralha da Vila, e não à barbacã, dado que o atual traçado conhecido equivale a esses 1,4 km de perímetro (cerca de 8 hectares de área amuralhada) (Fig. 8).

Em documento datado de 1644, o Abade de Pera, João Salgado de Araújo (amigo de Francisco Brandão), confirma a dimensão da obra citada por Brás Garcia de Mascarenhas em «*seiscentos & oitenta pés Geométricos*», dizendo que esse valor era acrescido ainda das «*voltas dos baluartes, em altura de 25 pés*» (Araújo, 1644: 101). É um dado complementar bem interessante que, dada a sua proximidade ao destinatário da carta de Brás Garcia Mascarenhas, nos merece também confiança, sobretudo ao atribuir a dimensão de 7 metros de altura aos baluartes edificados pelo Governador.

Por isso, ao contrário dos que julgam que Brás Garcia Mascarenhas efetuou escassas reformas na muralha do aglomerado (Vasconcelos, 1913: 357; Vaz, 1974: 307; Vaz, 1989: Vol. I, 26), há referências a obras volumosas, tendo em conta até a dimensão dos bastiões, baluartes e revelins aí edificados, e as descrições das intervenções no sítio das Eiras a sul do castelo (Osório, 2005b: 61).

Todavia, acreditamos que Brás Garcia de Mascarenhas também interveio no castelo. Aquela passagem que já referimos no início deste texto, dizendo que encontrou «*duas ordões de muros huã de cantaria cõ cal q erão os alicerces del Rei Dõ M.l outra mais adentro de cantaria cõ barro*» é fundamental para defender intervenções no castelo - pois a referência ao achado dos «*alicerces del Rei Dõ M.L*» prova irrefutavelmente que a barbacã do séc. XVI estaria inacabada (*Idem*: 60), enquanto os outros muros de «*cantaria cõ barro*» se referiam à muralha castreja descoberta nestas escavações arqueológicas, como já atrás defendemos.

Aliás, observando hoje a barbacã de Alfaiates são perfeitamente visíveis sucessivas intervenções, possuindo a base mais larga (sensivelmente com 1,75 m), e a partir dos 1,50 m de altura, o muro passa a ter menor espessura, atingindo uns meros 0,80 m, que sugerem dois momentos construtivos (Figs. 17 e 18). Poderia argumentar-se que esta diferença morfológica assinala o adarve e o seu parapeito, mas não há evidências de um nível de circulação, pois a base encontra-se inacabada e desnivelada.



Fig. 18 – Interpretação esquemática das 3 fases de construção da barbacã, vistas pelo interior, na parte sul do castelo.

O muro superior de alvenaria que assenta sobre esse suporte está rebocado e, enquanto as bombardeiras da estrutura mais antiga são biseladas e afuniladas (Fig. 32), as ameias do pano acrescentado são estreitas e alternam com merlões de grande largura, com frestas quadrangulares abertas no seu interior.

É de destacar a ausência de troneiras cruzetadas, típicas das barbacãs baixo-medievais e modernas dos castelos desta região (em Vilar Maior, Sabugal e Sortelha) (Monteiro, 1999: 44), o que permite justificar uma datação mais tardia para elas. São idênticas às do torreão circular noroeste da muralha do arrabalde da Vila, que ainda se conserva no interior de uma moradia da povoação.



Fig. 19 – Vista geral dos trabalhos na construção anexa à torre de menagem.

diferenças de cota se conclui que o castelo moderno se encontrava bastante soterrado, por volta do séc. XVII, quando o comandante chega para iniciar os trabalhos de reforma militar na Vila. Daí que o seu trabalho tenha sido o de «*abrir das cavas e escarpas das trincheiras*» e reconstruir as paredes, mas já não com a primitiva espessura.

A reforma de Brás Garcia Mascarenhas no castelo de Alfaiates poderá então ter-se cingido à introdução de pontuais soluções de engenharia militar e, tendo em consideração os faseamentos construtivos observados (Fig. 18), à conclusão da barbaca manuelina do castelo, introduzindo as ameias e seteiras existentes (entaipadas depois durante a conversão do castelo em cemitério).

Um possível testemunho contemporâneo da intervenção de Garcia Mascarenhas no castelo são os restos do edifício erguido diante da porta principal da torre de menagem (Fig. 19) que foi analisado com detalhe na sondagem 5 desta intervenção arqueológica (Fig. 1).

A estrutura é formada por dois largos muros (1,50 m de espessura) de pedra de granito, pouco afeiçãoada e unida com argamassa de cal, que definem um reduzido compartimento quadrangular de 4X3 m, completamente atulhado de terra e pedras (Fig. 19). É uma construção nitidamente posterior, encostada à torre de menagem e à muralha do recinto interior, que teria um telhado que escorria para leste, como se depreende pelos silhares picados, com restos de argamassa, na fachada sul da torre de menagem.

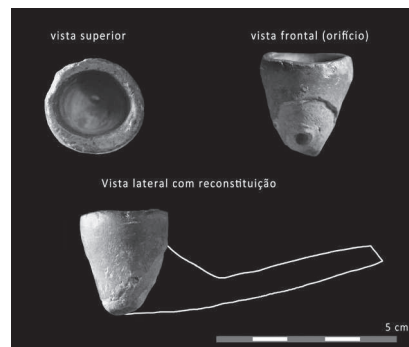


Fig. 20 – Várias perspectivas do fragmento de cachimbo de cerâmica datável provavelmente do tempo de Brás Garcia de Mascarenhas.

Não obtivemos qualquer referência sobre a funcionalidade desta exígua construção anexa, mas cremos que terá sido erguida propositadamente entre a porta da torre de menagem e o recinto, apenas para impossibilitar o acesso do exterior. Há uma grande diferença de cota entre a soleira da porta secundária do recinto e a da torre de menagem, mostrando que não houve, inicialmente, um acesso direto entre as duas portas (Fig. 19), e não se identificaram vestígios de qualquer estrutura que facilitasse o trânsito entre elas, nem degraus de pedra ou escadarias de madeira. Em momento tardio, criou-se esta construção anexa que constituiria uma solução de resguardo das duas portas, para um maior controlo das entradas, o que é uma possível evidência da sua fundação durante os conflitos bélicos do séc. XVII.

No enchimento de compactação e criação do nível de circulação interno, foram identificados materiais que ajudam a datar esta construção. Analisando a cronologia das faianças e do cachimbo de cerâmica aí recolhido (Fig. 20), poderemos enquadrar este edifício nos sécs. XVII-XVIII.

Outro presumível testemunho destas reformas e melhoramentos no castelo é a calçada identificada diante da porta principal do recinto interior (Fig. 21), exatamente à mesma cota, da qual se desconhecia a existência.

Não é uma calçada formada com a tradicional pedra do rio (seixos), como era usual em períodos mais recentes, mas a pedra é geralmente irregular e não está muito gasta, de granito e xisto, com alguns fragmentos de quartzito, grauvaque e tijolo burro, colocados aleatoriamente pelo pavimento.

O empedrado, já bastante destruído, apresenta uma disposição cuidada para criar um efeito decorativo, através de alinhamentos de pedras de maior dimensão, ao centro e nas diagonais, de forma simétrica. No remate do pavimento, no sentido norte/sul, há outra fiada de pedras de maiores dimensões que dividiria o painel em duas partes, embora lhe falte a sua continuação.

4. Os projetos militares do século XVIII

Após o intenso programa de beneficiações da praça militar de Alfaiates durante o conflito com a nação vizinha, ao longo da segunda metade do séc. XVII, a fortificação entra numa fase de estagnação, não se conhecendo mais notícias de reformas ou reconstruções.



Fig. 21 – Restos da calçada seiscentista descoberta à entrada do recinto interior.

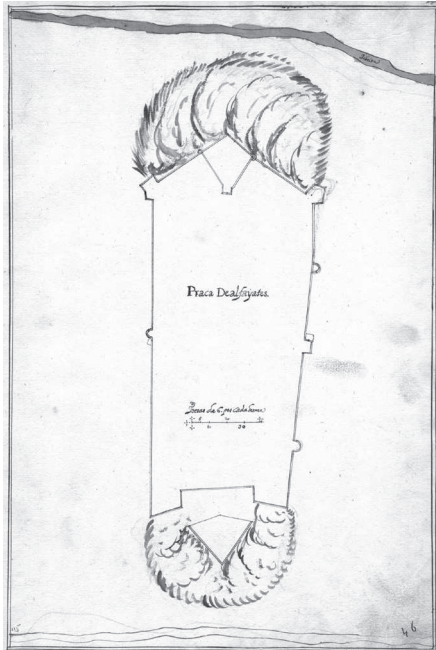


Fig. 22 – Planta da fortificação de Alfaiates nos inícios do séc. XVIII (Correia, 1699-1743, fl. 46) (Fonte: Biblioteca Nacional).

Num levantamento das fortificações portuguesas, feito já nas primeiras décadas do séc. XVIII, publicado no *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela* do engenheiro militar do exército João Tomás Correia, encontramos o desenho da «Praça de Alfayates» (Fig. 22). Dessa gravura deduzimos que a fortificação foi totalmente concluída com a intervenção de Brás Garcia de Mascarenhas, nomeadamente as estruturas militares modernas do revelim, fosso e baluartes da extremidade norte do aglomerado. Nela também se observam diversas torres de planta semicircular, retangular e pentagonal, adossadas à cerca defensiva, duas do lado nordeste e quatro na vertente virada a poente.

No entanto, a gravura está incompleta, pois falta-lhe o revelim meridional, enquanto a planta do castelo se apresenta ligeiramente distorcida e somente com dois cubelos. Se sobrepujarmos este desenho ao atual levantamento do aglomerado (Dórdio, 1998: 64), notam-se alguns desfasamentos, como por exemplo no contorno do perímetro da cerca, que não é tão simétrico como o desenho propõe (Fig. 23).

Colocam-se, por isso, algumas interrogações em torno deste esboço cartográfico e não sabemos se João Tomás de Correia esteve de facto em Alfaiates ou obteve informações por interposta pessoa, que expliquem os desajustes observados. Pode ocorrer também que tenha tirado apontamentos no local e que, posteriormente, a estampa tenha sido concebida com alguns lapsos de memória. A principal dúvida que persiste é se a fortificação estaria realmente acabada, apesar desta gravura, dado que rareiam as evidências de algumas destas construções assinaladas.

Obtemos algumas indicações do seu estado de conservação, a meados desse século, nas Memórias Paroquiais redigidas a 2 de Junho 1758, onde é mencionado: «sendo esta villa já queimada e aruinada nas guerras precedentes» (Jorge, 1989: 32), pois «foi esta Praça, o alvo a que o inimigo fez sempre tiro» (*Idem*: 36). Nesta, e em outras citações

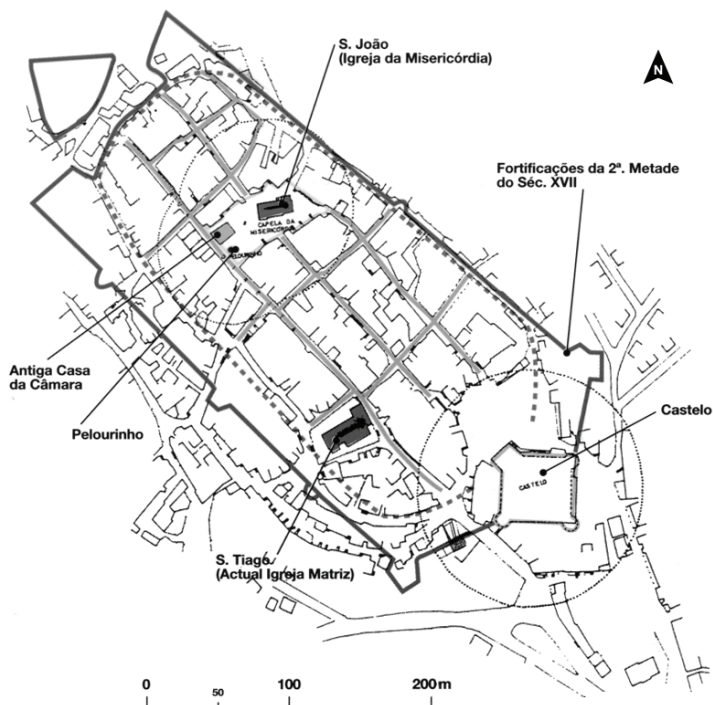


Fig. 23 – Interpretação dos traçados defensivos de Alfaiates por Paulo Dórdio (1996: 64), baseados no desenho de João Tomás Correia.

documentais, deduz-se que Alfaiates sofreu consideráveis estragos nos intensos conflitos bélicos que decorreram entre o final do séc. XVII e os inícios do séc. XVIII, talvez não se encontrando tão bem conservada como o mapa aparenta.

Neste vasto relato da Vila do reitor António de Carvalho Baptista são descritas as estruturas defensivas existentes: «*He Praça d'Armas cercada de Muralhas de cantaria, que na Guerra paçada, se fortificarão com faxinas*»⁶. O castelo é dito que se encontrava «*no simo da Villa para o Sul*», com um baluarte sobre a porta principal e cercado de revelins. Mas esse revelim da «*parte de fora*», isto é, a sul do castelo, é descrito como «*princiado*» e «*que fora de conveniência nesta Praça o acabar-se*». Este pedido nunca terá sido materializado, como se depreende da observação da fotografia aérea de meados do século XX (Fig. 25). Talvez por este motivo a planta de João Tomás de Correia não o tenha incluído.

Nesse texto é apenas descrito um revelim «*por corpo espinho fora da Praça, na cortadura q se lhe fez para o Norte (...)* e os fossos antigos ao redor delle. Mostra se ser assim por ser a Muralha da mesma cantaria que o Castello, e o Rebolim antigo hé de Alvenaria,

so os angulos de cantaria» (*Idem*: 34). No topo norte do aglomerado ainda perduram restos de paredes de alvenaria de xisto no interior das casas, pertencentes às faces do revelim aí erguido.

A muralha do arrabalde tinha, naquela altura, para além de três baluartes, outras «*duas meias Luas*» para sul e uma «*meia Lua*» para o lado de fora – conforme o desenho do Eng.º Tomás de Correia. Uma destas referidas ‘meias-luas’ corresponde àquela que ainda se conserva intacta na encosta poente de Alfaiates, com a sua morfologia semicircular (Fig. 8). São indicadas também várias «*guaritas*» e três portas: «*a da Veiga, a de S. Miguel e a do Castello*» (*Idem*: 40).

Os três baluartes citados eram estruturas salientes dos panos de muralha, de tendência pentagonal, que aí são descritos como «*capazes de boa Artelharia, porque nos tres da Muralha se podem acomodar doze pessoas, e nos dous da Senhora do Rosario se podem acomodar outras doze*» (*Idem*: 40).

Se a meados do século XVIII, o estado de conservação das estruturas militares parecia ser precário, dado o pedido expresso na memória paroquial de que: «*Sua Magestade (...) mandace findar a fortificação, goarnecendoa da Artilharia necessaria com que vivessem seguros, e lhe desse Goarniçao perpetua*» (*Idem*: 44), esta fragilidade mais se acentuou na segunda metade do século XVIII, durante os episódios bélicos da chamada Guerra Fantástica (1762-1763)⁷ (Gomes, 1996: 78), nomeadamente com o conhecido ataque perpetrado pelas tropas franco-castelhanas do Conde Aranda (AHM: 2004: p. 8).

Durante a segunda ofensiva do exército invasor por terras portuguesas, com destino a Lisboa, foram ocupadas diversas fortificações raianas. De acordo com as descrições dos militares envolvidos, muitos destes castelos tinham as muralhas arruinadas e não possuíam destacamentos de tropas regulares. Entre eles é citado Alfaiates, que se rendeu praticamente sem disparos, conforme descreveu o comandante do exército aliado anglo-português, o Conde de Lippe, em diversas trocas de correspondência com o Marquês do Pombal, com o Conde Santiago de Beduído e o Conde de Arcos (que se encontram publicadas), onde são descritas as operações militares em que interveio.

Parece que o assalto ao castelo de Alfaiates foi bastante facilitado pela falta de resistência do governador local. Em consequência disso, numa carta datada de 14 de Agosto de 1762, o Conde Lippe ordena a prisão do governador, por abandono da praça-militar e da respetiva artilharia, durante este episódio (Ochwadt, 1983: 202). Noutra carta enviada ao Marquês do Pombal, o chefe do exército aliado explica que a população de Alfaiates «*enfurecidos da fraqueza com que o governador daquella praça a entregou aos inimigos, formaram o projecto louvável de a restaurarem; e encontrando no caminho da dita praça rendida aquella*

indigno governador, que se hia retirando, o quizerão obrigar a que os acompanhasse e fosse a recuperar a praça e a honra» (Idem: 203).

No mês seguinte, o exército franco-espanhol encontrava-se já acampado na Cerdeira (9 de Setembro) e no Sabugal (10 de Setembro), conforme se observa em mapas conservados no Arquivo Histórico Militar, mostrando o fácil avanço das tropas inimigas por esta região, sem qualquer oposição ativa. Considerando a impreparação do exército português e a grande disparidade de forças envolvidas, temia-se o pior para Portugal, mas este começo fulgurante, com a tomada destas fortificações, que dava a impressão de uma rápida vitória, provou ser inútil, além de prejudicial, aos invasores, pois desencadeou uma revolta popular de consequências nefastas para o exército franco-espanhol.

Não obtivemos nestes relatos qualquer notícia sobre danos no castelo, até porque as descrições apontam para a tomada da praça-militar sem qualquer tiro. Por este motivo, cremos que os maiores danos infligidos ao castelo, atualmente observados, não recuarão a este episódio militar, mas serão mais tardios, como veremos a seguir.

Talvez em consequência do conflito, e por se considerar, por essa altura, que Alfaiates era um dos pontos fundamentais na defesa do território português (Dumoriez, 1775: 141), foi concebido um novo projeto de arquitetura militar abaluartada para esta praça-forte, que se encontra patente em alguns esboços arquivados no *Sistema de Informação para Documentação Cartográfica* do Exército Português (Fig. 24).

O Sargento-mor de Infantaria, Eng.^o José Monteiro de Carvalho, na sua *Carta Geográfica da Beira*, elaborada entre 1750 e 1780, representa as principais fortificações da província e inclui um alçado nascente do castelo do Sabugal e o referido projeto de reforma militar da fortificação de Alfaiates.

Nela observa-se a planta dos “muros antigos da villa” datados de D. Manuel I e de Brás Garcia de Mascarenhas, muito semelhantes aos do desenho de João Tomás Correia (feito nos inícios desse mesmo século: Fig. 22), sobreposta ao esboço de um novo projeto de melhoramento defensivo, que se previa ou desejava realizar nessa altura, para dotar a praça-militar setecentista da robustez e complexidade defensiva de outras próximas, como Almeida, Ciudad Rodrigo ou Forte de La Concepción (Aldea del Obispo).

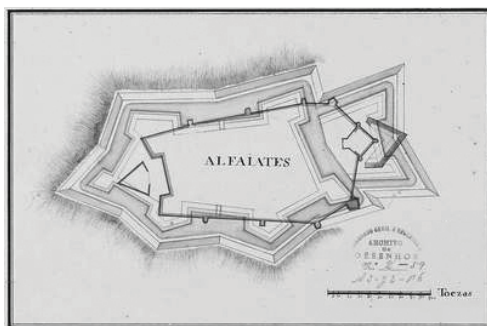


Fig. 24 – Planta do projecto de fortificação abaluartada da 2ª metade do séc. XVIII (Fonte SidCarta. Exército Português).

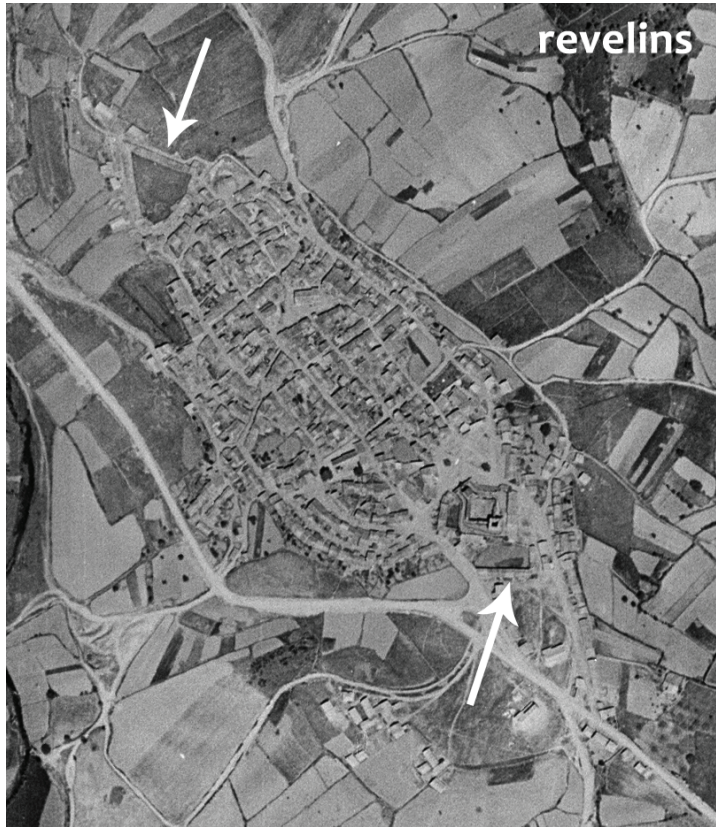


Fig. 25 – Ortofoto de Alfaiates de 1958, assinalando os revelins ainda preservados (Fonte: Arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral).

Existem diferenças flagrantes entre os dois desenhos da fortificação de Alfaiates reproduzidos nestas cartas antigas: o de João Tomás Correia é mais esquemático e de reduzido pormenor, com maiores distorções e lacunas, enquanto o mapa mais recente parece mais fidedigno. Nele, há maior rigor na implantação topográfica do traçado da cerca do arrabalde, mais alargada do lado meridional e assimétrica, abrangendo perfeitamente todo o aglomerado urbano.

Esta última estampa já inclui o revelim meridional, ausente do primeiro desenho, do qual existem traços fossilizados da sua existência na estrutura urbana (Figs. 8 e 25). Apresenta a planta do castelo mais rigorosa, com os cubelos nas três esquinas, e assinala maior número de torres flanqueadoras e baluartes no pano de muralhas (4 de cada lado) em relação ao primeiro desenho.

Deduz-se que o oficial encarregue do levantamento recorreu a fontes mais exatas ou que visitou mesmo o local, pretendendo ser detalhado no desenho da fortificação.

Quanto ao segundo desenho, em pano de fundo, parece ser o projeto de uma típica fortificação em estrela, de muito maior dimensão, que viria a ocupar cerca de 14 hectares de terreno. Apresentava uma tipologia moderna, de acordo com as novas exigências defensivas, representando as últimas tendências da arquitetura militar francesa. A fortaleza teria planta hexagonal irregular, devido aos seis baluartes poligonais, interligados por cortinas, com fossos e contrafortes. Nela, o castelo ficaria isolado e circundado, em todo o seu perímetro, por fosso.

Este esboço gráfico não tinha possibilidades físicas de ser implantado no esporão de Alfaiates, dada a exiguidade topográfica e as vertentes íngremes, a menos que fossem realizados trabalhos descomunais de aterro. O projeto não foi concretizado (Almeida, 1945: 302), provavelmente, por este referido motivo, ou por questões financeiras ou então por causas puramente político-militares. Não seria improvável que esta gravura tivesse também fins propagandísticos dissuasores, “mostrando” a política portuguesa de fortalecimento das praças-militares raianas, numa altura de novas ameaças da nação vizinha.

A artilharia tinha evoluído bastante e por isso se pensava dar resposta a este problema, em Alfaiates, com a edificação de estruturas próprias para as novas exigências defensivas. As Memórias Paroquiais de 1758 referem-se a esta importante questão: «*o Castello, que nesta Guerra teve Artelharia*», «*na guerra tem Regimento proprio. Tropas de cavallos de meio alqueire, e Artilheiros, além de sinco tropas formadas nos Lugares desta Raya, que à pressa do Rebate, acodem aos Rebates*» (Jorge, 1989: 40). Segundo Abel Dias Urbano «pode calcular-se que a sua guarnição não devia ir além de 200 homens» (Vasconcelos, 1913: 358).

Relativamente às armas de fogo do castelo, temos notícia de que perdurava na praça, nas primeiras décadas do séc. XX, uma peça de artilharia abandonada, de secção decagonal, «cravada no solo» (Correia, 1946: 147). Provavelmente corresponde ao exemplar guardado atualmente no Museu da Guarda, que aí deu entrada em 1940 (Borges, 2012: 9), apresentando, de facto, canhoeira de formato decagonal, com cerca de 10 cm de diâmetro de boca. No inventário do museu é classificado como de fabrico inglês e datado dos sécs. XVI-XVII (Inv.º 198).

Segundo Joaquim Manuel Correia, haveria 12 peças de artilharia na fortaleza no tempo de Brás Garcia de Mascarenhas (1946: 149). Contudo, se tivermos em consideração o cômputo das aberturas atualmente visíveis no castelo, nos cubelos exteriores (12), nas torres interiores (4) e no baluarte da fachada (4), estima-se um potencial de 20 bocas de fogo.

No Museu do Sabugal está exposto o fragmento de um projétil pirobalístico de ferro oco (Inv. [arq].D.18.159), recolhido em Alfaiates, que foi, no respetivo catálogo, datado do séc. XIX (Osório, 2008: 178),

mas que poderá recuar a sua datação a este período. Certo é que não tem relação direta com a peça de artilharia do Museu da Guarda, pelos seus 22 cm de diâmetro, devendo mesmo ser posterior.

Encontra-se também guardada no Museu da Guarda (Inv.º 880), uma rara alabarda datada do período de 1740 a 1760, encontrada no interior do castelo de Alfaiates (Borges, 2012: 10). Apresenta a ponta flamejante e a lâmina tem uma extremidade com morfologia de meia-lua e, do lado oposto, em forma de coração, tudo forjado numa só peça. Desconhece-se o autor da descoberta, que a entregou, entre 1956-1958, a Arsénio Rodrigues da Silva e a Adriano Vasco Rodrigues, com a finalidade de ser incorporada nesse museu (Rodrigues, 1997).

A alabarda deixou de ser usada como arma no início do séc. XVIII, quando as armas de fogo de pederneira se tornaram comuns, passando a ser empregue pelos sargentos de infantaria, apenas como insígnia de posto.

5. O quartel das Invasões Francesas

Nos inícios do séc. XIX, o castelo volta a desempenhar um papel de destaque durante as Invasões Francesas, como local de aquartelamento das várias tropas envolvidas no conflito, durante as suas travessias frequentes da fronteira, por esta região.

A primeira referência data de 27 de Agosto de 1810, quando o General francês Jean-Louis Reynier, depois de atravessar a fronteira, estacionou durante quase duas semanas em Alfaiates, para preparar a manobra da IIIª invasão a Portugal (Morão *et alii*, 2011: 131).

Com o fracasso do assalto a Lisboa, começa a desenhar-se o retrocesso dos franceses para Espanha. O General Junot recua as suas posições até Alfaiates, onde entretanto já se encontrava instalado o Marechal Massena, intentando iniciar uma nova ofensiva para sul (*Idem*: 166). Porém, o posicionamento dos aliados na margem esquerda do Côa gorou-lhe esses planos (*Idem*: 149). No dia 3 de Abril de 1811, o ataque da divisão britânica Picton e a tomada do Sabugal pela divisão Dunlop, durante a famosa batalha do Gravato, foram suficientes para levar Massena, desde a sua retaguarda, em Alfaiates, a ordenar a retirada geral das tropas junto ao Côa. Na noite de 3 para 4 de Abril todo o exército francês estava concentrado em Alfaiates (Correia, 1946: 332) e procede de seguida ao movimento de recuo para Espanha. Não sabemos quantas unidades seriam (talvez dezenas de milhares, segundo referências documentais), nem conseguimos imaginar como terá sido a instalação desta gente no entorno do castelo, onde talvez somente os oficiais permanecessem no interior.

Nas sucessivas escaramuças de perseguição ao exército francês em retirada, no dia 27 de Setembro desse mesmo ano, o exército de Wellington esteve quase a cair numa emboscada em Fuenteguinaldo

(Espanha) (Napier, 1839: 490), retirando-se para terras portuguesas, onde julgava assumir uma posição forte, face aos Franceses, tendo a ribeira de Aldeia da Ponte e o rio Côa como linhas de contenção defensiva.

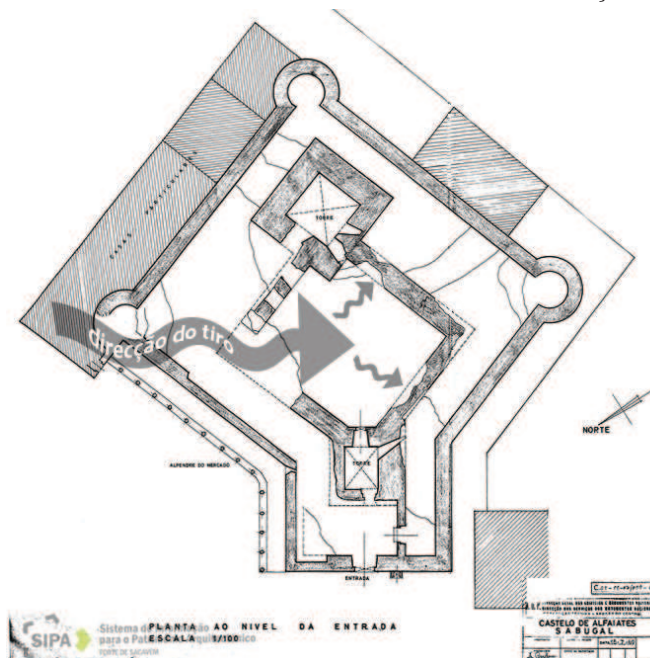


Fig. 26 – Planta do castelo de Alfaiates antes das intervenções de reconstrução do final do séc. XX, assinalando a direcção dos tiros de artilharia (consultado no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - SIPA).

Desencadearam-se então diversos confrontos na raia, segundo os diários dos combatentes da altura, especialmente em Aldeia da Ponte, onde foram disparados vários tiros de artilharia. As povoações raianas de Aldeia Velha, Soito, Rendo, Bismula, Vilar Maior, Rebolosa, Forcalhos e Alfaiates, foram ocupadas por milhares de tropas aliadas, durante os combates (Napier, 1839: 492). A poucos metros para sul do Convento de Sacaparte encontrava-se a frente central anglo-portuguesa, com outras tropas de reserva a poente da Vila de Alfaiates.

Segundo as descrições, a batalha mais acérrima deu-se especialmente entre Aldeia da Ponte e Alfaiates, quando as forças de Wellington tiveram que retroceder e os franceses, em acosso, chegaram muito perto desta Vila, tentando tomá-la, antes de se retirarem definitivamente (Chaby, 1963: 436). Julga-se que o cruzeiro junto à Estrada Nacional, a poente de Aldeia da Ponte, possa ter sido erigido em memória das vítimas deste fatídico combate.

No ano seguinte ainda houve uma nova tentativa de invasão, com o General Auguste Marmont a comandar o exército francês, reentrando

em Portugal por Almeida e Alfaiates, instalando-se no dia 3 de Abril de 1812, no Sabugal, de onde foram enviadas colunas para Penamacor e Fundão (Morão *et alii*, 2011: 164). Fracassada a tentativa, desistem e abandonam o país. Em resposta, Wellington volta a passar pelo Sabugal e instala-se também em Alfaiates, nesse mesmo mês de Abril, onde pernoitou e deu descanso às tropas, ordenando a continuação das manobras em território espanhol, para dar perseguição aos franceses (*Idem*: 139 e 152).

Como se pode depreender dos factos narrados na documentação militar, o castelo esteve sempre em alvoroço, sendo ocupado alternadamente pelas duas partes beligerantes, não havendo relatos, porém, de ataques ou cercos ao imóvel por qualquer das forças em disputa. Todavia, essa constante passagem e permanência de tão elevado número de tropas contribuiu, seguramente, para a sua deterioração.

Não temos registo de danos diretos na fortificação de Alfaiates durante estes confrontos, especialmente no dia 27 de Setembro de 1811. Mas ainda hoje perduram vários indícios dos estragos elevados que o castelo sofreu e que devem recuar a esse período. Falta o troço norte e nordeste dos muros do recinto interior, para além de haver muita pedra amontoada na área nordeste do recinto. Na fotografia dos inícios do séc. XX observam-se várias omissões de pedra nas paredes, decorrentes seguramente da deflagração de tiros de artilharia de grande alcance, especialmente vindos do lado nascente do castelo, que derrubaram essas paredes e abriram crateras nos restantes panos de muralhas (Fig. 26).

Nos anos 70 e 80 do século passado decorreu um programa de intervenções arquitetónicas patrocinadas pelo Estado que restauraram algumas destas brechas e esquinas derrubadas, notando-se perfeitamente os reparos feitos com pedra diferente.

Este episódio revela que o desejo dos comandos militares nacionais do séc. XVIII, de apetrechar esta praça-forte das condições defensivas necessárias para se precaver do fogo inimigo, através do sistema abaluartado previsto, era essencial para a sua preservação. Assim, o castelo ficou demasiadamente exposto a este tipo de ameaças, que acabaram por danificá-lo irreversivelmente.

Há também referências vagas à explosão de um suposto paiol guardado na torre de menagem, à semelhança de outras praças militares portuguesas. De facto, a maciça abóbada semicilíndrica que sustinha o pavimento do 1º piso da torre foi completamente derrubada (Fig. 27). Na fotografia dos inícios do séc. XX observa-se também uma grande fratura na parede oriental (Fig. 29) (que entretanto foi restaurada), que parece confirmar essa grande explosão. A própria entrada da torre de menagem encontra-se totalmente desfeita, faltando as ombreiras e o lintel do portado, sobrando apenas a soleira (Fig. 19).

A tradição oral refere que este incidente terá acontecido durante as invasões francesas, mas em consulta dos relatos dos diários dos seus intervenientes, não se identificam menções a confrontos ou à destruição do castelo, por essa altura. A explosão da torre seria um acontecimento memorável, que mereceria a recordação para a posteridade, e tal não aconteceu. O mesmo pode dizer-se relativamente ao período conturbado de 1762, onde também não há registo desta tragédia no imóvel na correspondência trocada entre os intervenientes do episódio. Uma alternativa provável é que este acidente tenha acontecido fora destes momentos históricos, causado por algum acontecimento fortuito, talvez em época mais recente, do qual não ficou qualquer testemunho escrito.



Fig. 27 – Pormenor da abóbada da torre de menagem derrubada.

Na sondagem 10, aberta no interior da torre de menagem, identificou-se um nível quase superficial de terra com carvão e cinza grosseira (u.e.'s 2a e 2b), de cronologia recente, que deve assinalar esse episódio. Não há testemunhos orais que indiquem a ocorrência de incêndio recente no interior do monumento e também faltam marcas nas paredes dessa eventual recente combustão. Mas, por outro lado, se a abóbada tivesse caído há poucas décadas, as pedras estariam ainda no local, o que não sucedeu, tendo sido retiradas em momento consequente, provavelmente durante os trabalhos de reabilitação do monumento nos anos 70 e 80 do séc. XX.

6. Derradeira utilização como cemitério

A estabilidade militar fronteiriça alcançada durante a 2^a metade do séc. XIX levou o castelo a perder todas as suas funções originais, agravado com o estado de ruína e abandono em que se encontrava.

Por volta de 1836, com a extinção do concelho de Alfaiates, e com a proibição de enterramentos nas igrejas por decretos de 1835, 1837 e 1868 (Vaz, 1989: 53, nota 5), o castelo passou a constituir a melhor solução para o espaço funerário comunitário, à semelhança do que aconteceu no Sabugal.

O entulhamento sucessivo do monumento pela vegetação e ruína das paredes, ao longo dos anos, aumentou consideravelmente a cota de circulação interna. Por outro lado, os danos na construção provocados pelos combates anteriores permitiam também o acesso facilitado ao interior do recinto amuralhado, o que tinha que ser evitado. Fizeram-se então algumas remodelações importantes no castelo que alteraram a sua fisionomia até aos dias de hoje.

Assim, o recinto volta, por derradeira vez, a ser parcialmente reerguido e completamente fechado, reconstruindo os muros exteriores para impedir a entrada indiscriminada de pessoas e animais, colocando à entrada um portão de ferro forjado (e não de madeira, como o que atualmente existe). Foram também edificados pequenos muretes que delimitavam



Fig. 28 – Inscrição na base do cruzeiro da fachada com a data de conclusão das obras do cemitério.

o restrito espaço funerário e procedeu-se ao arranjo da fachada da fortificação (Fig. 32). Estes trabalhos de reconstrução impedem-nos, hoje, de conhecermos melhor o estado do imóvel antes da sua adequação a cemitério. Na frontaria foi posta uma cruz sobre a porta e um pináculo piramidal em cada cunhal (como é tradicional nos cemitérios da região), voltando a colocar-se as armas reais de D. Manuel I no cimo da porta. O plinto de granito de assento da cruz exibe ainda a inscrição: «1903 / CEMI/TERIO» (Fig. 28), que deve datar a conclusão dos trabalhos. E, através de uma foto datada dos primeiros anos do séc. XX, percebemos que os muros do castelo foram consequentemente rebocados exteriormente (Fig. 29).

Contudo, sabe-se que o cemitério já estaria a funcionar antes dessa data, pois existe no *Sistema de Informação para Documentação Cartográfica* do Exército Português, uma planta do castelo datada de 1898, assinalando as áreas com enterramentos (Urbano, 1898), que se concentravam exclusivamente no terreiro entre muralhas, a sul do castelo (Fig. 30), precisamente onde foram agora abertas sondagens arqueológicas e exumados restos osteológicos.

Nas sondagens 7, 8 e 9 (Fig. 1), após a retirada dos níveis superficiais, foram imediatamente detetadas ossadas, enquanto na sondagem 8 apareceram esqueletos *in situ*. Contudo, dada a necessidade de um especialista em antropologia física para desenvolver esta intervenção e o seu consequente estudo (segundo a legislação portuguesa em vigor), esta



Fig. 29 – Vista geral do castelo de Alfaiates, nos inícios do séc. XX, convertido já em cemitério.

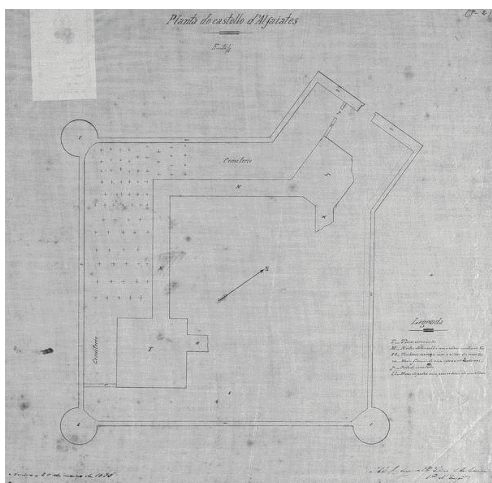


Fig. 30 – Planta do cemitério no castelo de Alfaiates, em 1896.

operação foi interrompida e as ossadas foram de novo cobertas. Para além desse espaço, as escavações detetaram também inumações no recinto interior e confirmaram a sua inexistência nas restantes áreas escavadas.

Dado que os restos ósseos foram sendo gradualmente transladados para o novo cemitério, após a sua inauguração a 1 de Julho de 1962 (Vaz, 1989: 53, nota 5), perderam ainda muitas referências

orais. Os populares afirmam que os corredores leste e oeste também continham enterramentos, embora nós não tenhamos aí identificado o mínimo vestígio osteológico, dado que estas áreas foram completamente rebaixadas durante os trabalhos de transladação dos defuntos, de acordo com esses testemunhos orais. O certo é que, por volta de 1970 há também registos na Direção-Geral do Património Cultural da realização de trabalhos de escavação e desaterro para atingir o nível do pavimento primitivo, alcançando as cotas mais antigas, dos séculos XVI-XVII.

No decurso da deteção destas ossadas foram exumados também alguns objetos avulsos (especialmente na sondagem 8). São materiais de carácter funerário já revolvidos e cingem-se fundamentalmente a dois crucifixos, algumas contas de rosário e 3 botões de bronze (Fig. 31), datáveis do séc. XIX.

Estes três últimos artefactos são magníficos e merecem um comentário: medem entre 12 a 13 mm e, pela sua dimensão, seriam os botões de punho de uma camisa e o terceiro, que é maior e ligeiramente diferente na decoração, poderia ser da gola. Estão decorados com motivos vegetalistas e no reverso apresentam a legenda: «Orange London / Extra Fine» - expressão referente à qualidade do fabrico e ao facto



Fig. 31 – Botões metálicos de origem inglesa datados do séc. XIX.

de serem dourados (segundo informações gentilmente cedidas por especialistas ingleses). Ao contrário do que é frequente, estes botões não identificam o nome da casa fabricante, o que ajudaria a atribuir uma cronologia e a conhecer melhor a sua natureza.

Segundo os especialistas que consultámos, eles devem datar das primeiras décadas do séc. XIX, mas não pertencem a uniformes militares – são botões civis. Os objetos denotam um estatuto e riqueza



Fig. 32 – Actual fachada do castelo de Alfaiates.

do seu proprietário, pois eram importados, ou então pertenceriam a um cidadão inglês presente na Vila por essa altura. A nossa maior preocupação deve-se ao facto de sabermos que durante as invasões francesas (1811-1812), após os conflitos que decorreram nas imediações do castelo, em que este foi usado como

quartel das tropas de Wellington, especialmente durante o combate de Aldeia da Ponte, existe a possibilidade de ter falecido algum cidadão britânico e ter sido sepultado no interior do castelo, por essa altura, o que não deixa de apresentar vários problemas irresolúveis para aceitar como hipótese.

O mapa de Abel Urbano confirma que na zona onde foi aberta essa sondagem 8 se localizavam os enterramentos mais antigos do castelo (anteriores a 1898), que entretanto se estenderam para outras áreas, até que foram finalmente removidos para o atual cemitério. Estes despojos não terão sido levados para o novo espaço por se encontrarem a maior profundidade e já não haver memória dos seus familiares atuais.

Epílogo

Num espaço não muito extenso, mas sujeito a diversos arruinamentos e remodelações, a fortaleza de Alfaiates constitui um autêntico palimpsesto de vivências e discursos historiográficos que são um desafio de compreensão para qualquer arqueólogo. As sobreposições são inúmeras e os vários momentos de reabilitação escondem os precedentes.

O castelo é principalmente um testemunho vivo da importância que o rei D. Manuel I atribuiu às fortificações da raia portuguesa, sendo este um dos mais interessantes e enigmáticos castelos modernos de toda a Beira Interior, de fundação exclusivamente sua.

Mas a praça-militar de Alfaiates ostenta, para além disso, outras marcas das sucessivas gerações de homens que a edificaram, abateram e reconstruíram para os mais diversos fins estratégicos e militares, ao longo dos séculos. O monumento esconde histórias no seu subsolo que partem do I milénio a.C. atravessando milénios até às últimas etapas de utilização como necrópole, que somente através de trabalhos arqueológicos demorados poderiam ser devidamente desenterradas. E aqui fica patente para o futuro a nossa interpretação da narrativa destes materiais e pedras que compunham o castelo de Alfaiates.

Agradecimentos ao Paulo Pernadas pelas fotos do espólio nas Fig. 3, 7, 20 e 31; a Mário Silva pela cedência da imagem da Fig. 29; a Dulce Helena Borges do Museu da Guarda pela informação da existência do mapa da Fig. 25; e a Jorge Torres e a Paulo Marcos pela indicação de alguma bibliografia.

Notas

- 1 Em 1758 encontrava-se: «*ao simo da praça por asento à porta das casas de Patrício Fernandez; e junto ao pellourinho*» (Jorge, 1989: 24). Em 1922 foi levada para o Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), onde se encontra atualmente. A recente leitura confirma que se trata de um miliário de Augusto (Curado, 2013), o que prova apenas a passagem de uma via romana nas imediações.
- 2 Poderia colocar-se também a hipótese de que o termo toponímico se referia à própria muralha de alvenaria proto-histórica agora descoberta. No entanto, dado que foram identificadas evidências de que ela estaria já derrubada no período anterior ao domínio muçulmano peninsular, esta situação não se coloca.
- 3 Não nos debruçamos neste texto sobre esta e outras referências datáveis dos séculos XVII em diante, ao suposto *Castillo de la Luna*, como sendo em Alfaiates, simplesmente porque não há qualquer testemunho documental antigo que o prove. Desde os mais antigos manuscritos conhecidos que a povoação vem denominada como *Alfayates*. Não sabemos sequer se existiu tal sítio na Península Ibérica e se não se trata mesmo de uma alcunha pseudo-erudita atribuída por autor desconhecido, que pegou e passou de uns para os outros.
- 4 Embora essas torres sejam circulares, ao contrário de Alfaiates, onde são quadrangulares, tendo por isso maior arcaísmo (Barroca, 2013: 108).
- 5 Ela foi registada como marca de canteiro por Elisabete Robalo, na face noroeste da torre, mas as restantes estão ausentes do seu levantamento, porque se encontravam soterradas (Robalo 2009: 50).
- 6 O termo *faxinas* implica a utilização durante os séculos XVII e XVIII de taludes de terra e paliçadas de madeira como recurso defensivo complementar, talvez para compensar alguns troços de muralha inacabados.

- 7 Combates que decorreram entre Portugal e Castela, no âmbito dos conflitos internacionais que se verificaram entre 1756 e 1763, denominados como a *Guerra dos Sete Anos*, em que saíram vitoriosos principalmente a Inglaterra e a Prússia.

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de (1988) - *Roman Portugal: Gazetteer*. Warminster: Aris & Phillips. 2:1, n.º 66, 4/310.
- ALMEIDA, João de (1943) - *Roteiro dos Monumentos da Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*. 2ª ed. Lisboa: Império, p. 299-303.
- ARAÚJO, João Salgado de (1644) - *Successos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da Real aclamação contra Castella. Com a geografia das Provincias, & nobreza dellas*. Lisboa: Paulo Craesbeeck.
- ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (=AHM) (2004) - *Campanha de 1762. Guerra fantástica, (1762-1763). 1ª divisão - 7ª secção. Inventário de documentos*. Lisboa: Estado-maior do Exército.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (=ANTT) - *Corpo Cronológico, Parte II, mç. 107, n.º 42*. In <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3802943>.
- AZEVEDO, António Belo de (1750-1600) - *Projecto da nova fortificação da Praça de Alfayates*. [Escala não determinada] - [s.l.: s.n.]. In <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/01/1-3A-6/1-1-3A-6.jpg>. Cota: 1-1-3A-6. DSE CRT/2002.
- BARROCA, Mário Jorge (1998) - D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa, *Revista da Faculdade de Letras, Porto, 15, 2ª série*, p. 801-822.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) - Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior. In FERREIRA, Maria do Céu [et al.], eds. - *Beira Interior. História e Património: actas das I Jornadas de Património da Beira Interior (Guarda, 1-3 Outubro 1998)*. Guarda, p. 215-238.
- BARROCA, Mário Jorge (2003) - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521), *Portugalia, Porto, Nova série. 24, p. 95-112*.
- BARROCA, Mário Jorge (2008-2009) - De Miranda do Douro ao Sabugal - arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira, *Portugalia, Porto, 29-30, p. 193-252*.
- BORGES, Augusto Moutinho (1998) - O quotidiano em Riba-Côa no período da restauração - 1640/1668, *Altitude, Guarda, Guarda, 3.ª série, 3, p. 101-134*.

- BORGES, Dulce Helena Pires (2012) – Sinopse das peças pertencentes à coleção do Museu da Guarda provenientes do concelho do Sabugal, *Sabucale*, Sabugal, 4, p. 7-14.
- CARVALHO, José Monteiro de (1750-1780) – *Carta Geographica da Provincia da Beira oferecida A S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal* [Material cartográfico] [Escala não determinada]. Biblioteca Nacional Digital (BNP).
- CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva (1997) - *Duarte Darmas - Livro das Fortalezas*. 2.^a ed., Lisboa.
- CHABY, Claudio de (1863) – *Excerptos históricos e coleção de documentos relatos à guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1946) - *Terras da Riba-Côa. Memórias do concelho do Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal, p. 145-161.
- CORREIA, João Tomás (1699-1743) - *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela*. In Biblioteca Nacional Digital ()
- CHILDE, Vere Gordon; THORNEYCROFT, Wallace (1938) - The experimental production of the phenomena distinctive of vitrified forts, *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, 72, p. 44-55.
- CURADO, Fernando Patrício (1987) - Património artístico, *Boletim Municipal da Câmara Municipal do Sabugal*, Sabugal, 1:1, p. 3 e 6.
- CURADO, Fernando Patrício (2013) - Notas sobre dois marcos miliários prismáticos, de Augusto (23 a. C.), da região da Guarda, *Sabucale*, Sabugal, 5, p. 59-74.
- DÓRDIO, Paulo (1998) - Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais. In *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo. Os Valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda, p. 15-73.
- DUMORIEZ, Charles (1775) - *État présent du royaume de Portugal, en l'année MDCCLXVI*. Lausanne: François Grasset & co (<https://archive.org>).
- FARIA, António Marques (1985) - Subsídios para um inventário dos achados monetários no distrito da Guarda, *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, 1:2, p. 679-689.
- FERNANDES, Lídia; OSÓRIO, Marcos (2013) – Tabuleiros de jogo e outras gravações no castelo de Vilar Maior, *Sabucale*, Sabugal, 5, p. 97-114.
- GASPAR, Jorge (1969) - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média, *Finisterra*, Lisboa. 4:8, p. 198-215.
- GOMES, Rita Costa (1996) - *Castelos da Beira. Volume I: Beira*. Lisboa: IPPAR.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. Avelino; GONZÁLEZ, Carmen; IZQUIERDO, H. Larrén (1994) - Las pueblas fronterizas entre León y Portugal en los ss. XII y XIII: 'Ciudadelas' de Riba-Côa (Beira, Portugal). *Actas do Iº Congresso de Arqueologia peninsular. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XXXIV, 3-4)*. Porto, p. 381-400.

- JORGE, Carlos Gonçalves (1989) - *O concelho de Alfaiates em 1758 - Memórias Paroquiais*. Forcalhos: Associação Recreativa e Cultural.
- LAMBRINO, Scarlat (1956) - Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos, *O Archeólogo Português*, Lisboa, 2ª série, 3, p. 5-73.
- LUCCA, Denis De (2012) - *Jesuits and fortifications. The contribution of the Jesuits to the military architecture of the Baroque Age*. History of Warfare, 73. Leiden: Brill.
- BENAVIDES, António (1860) - *Memorias de D. Fernando IV de Castilla*. Madrid: José Rodrigues.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2004) - La frontera como integración del território en la Edad Média: la raya leonesa (siglos XII-XIII). Separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, 4.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2008) - Una periferia creativa: la articulación del territorio en la comarca de Riba Côa (Portugal) (siglos VI-XI). Separata de *Territorio, Sociedad y Poder*, Oviedo, 3, p. 85-109.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2009) - Sabugal Velho y el castillo de Abaroncinós, *Sabucal*, Sabugal. 1, p. 59-74.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) - *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Ed. Colibri e FLUC.
- MORÃO, Manuel Francisco Veiga Gouveia; MARTINS, Joaquim Tenreira; BATISTA, Paulo Leitão (2011) - *Sabugal e as Invasões Francesas*. Bruxelas: Orfeu.
- MORENO, Humberto Baquero (1986) - *Os municípios portugueses nos sécs. XIII a XVI*. Lisboa: Ed. Presença.
- MORENO, Humberto Baquero (coord.) (2003) - *Demarcações de fronteira. Vol. II: de Vila Velha de Ródão a Castelo Rodrigo*. Porto: Centro de Investigação e de Documentação de História Medieval, Universidade Portucalense - Infante D. Henrique.
- NAPIER, William F. P. (1839) - *History of the War in the Peninsula and in the South of France*. 4ª ed. Vol. 2. Bruxelas: Meline, Cans & Co.
- OCHWADT, Curd (1983) - *Wilhelm Graf zu Schaumburg-Lippe: Schriften und Briefe*. Vol. 3. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann.
- OSÓRIO, Marcos (1996) - *Alfaiates'96. Relatório de sondagem arqueológica efectuada na muralha de Alfaiates*. Relatório entregue ao Instituto Português do Património Arquitectónico.
- OSÓRIO, Marcos (2005a) - Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa. in *Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia: Actas II Jornadas do Património da Beira Interior*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 35-65.
- OSÓRIO, Marcos (2005b) - Contributos arqueológicos para a história de Alfaiates (Sabugal) retirados dos escritos de Brás Garcia Mascarenhas (séc. XVII), *Praça Velha*, Guarda, 18 (1.ª série), p. 53-70.

- OSÓRIO, Marcos (2005c) - Tipologias de aparelho construtivo do Sabugal Velho. Contributos para o estudo dos sistemas defensivos proto-históricos e medievais, *Côavisão – Cultura e Ciência (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior)*, Foz Côa. 7, p. 81-99.
- OSÓRIO, Marcos (2006) - *O povoamento Romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda
- OSÓRIO, Marcos (2008) - “Catálogo”. *Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*. Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal.
- OSÓRIO, Marcos (2013) - Pedras singulares: Alguns achados arqueológicos enigmáticos do concelho do Sabugal, *Sabucale*, Sabugal, 5, p. 75-90.
- OSÓRIO, Marcos, PERNADAS, Paulo (2011) - Indícios de vitrificação da muralha proto-histórica do Sabugal Velho. In RODRIGUES, M. A.; LIMA, A. C. & SANTOS, A. T. (coords.). *Actas do V Congresso de Arqueologia - Interior Norte e Centro de Portugal*. Porto: DRCN, p. 219-238.
- PEREIRA, Mário (coord.) (D.L. 1988) – *Castelos da raia da Beira: Distrito da Guarda*. Museu da Guarda/ IPPC.
- PINA, Rui de (1945) - *Crónica do D. Dinis, segundo o códice inédito nº 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguida da versão actualizada da edição Ferreiriana de 1726*. Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil. Série régia. Porto: Livraria Civilização.
- PONTE, Salete da (2014) - Um núcleo diverso de fíbulas do Concelho do Sabugal (região do Alto Côa), *Sabucale*, Sabugal, 6, p. 7-21.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1997) - Memórias de um arqueólogo (VIII), *Diário da Guarda*, Guarda, 17 de Março, p. 12.
- ROBALO, Elisabete (2009) - Marcas de canteiro dos castelos do Concelho de Sabugal, *Sabucale*, Sabugal, 1, p. 39-58
- SARAIVA, J. Mendes da Cunha (1930) - A região de Riba-Coa e um autógrafo de Brás Garcia Mascarenhas, *Biblos*, Coimbra, 6, p. 439-463.
- SOROMENHO, Miguel (2008) – A Idade Moderna no Sabugal entre o Manuelino e o Renascimento. In *Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal, p. 155-163.
- SOUSA, José Alexandre Ribeiro de (2002) - Do Medieval ao Moderno: a intervenção manuelina. In *Estudos de caracterização do Plano de Urbanização de Alfaiates*. Sabugal: Câmara Municipal.
- SOUSA, José Alexandre Ribeiro de (2007) - As estruturas militares manuelinas da Vila de Alfaiates, *Praça Velha*, Guarda, 22, p. 31-42.
- URBANO, Abel Augusto Dias (1898) - *Planta do Castello d'Alfaiates* [Escala não determinada] - [s.l.: s.n.] 7216-5-76-74 DSE CRT/2003.
- VASCONCELOS, António (1913) - Brás de Garcia de Mascarenhas. Estudo de investigação histórica, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 2:1, p. 328-424.

- VAZ, Francisco (1989) – *Alfaiates. Na órbita da Sacaparte (Esboço monográfico)*. Lisboa: [s.n.]. Vol. 1 e 2.
- VAZ, Francisco; AMBRÓSIO, António (1991) - *Alfaiates. Na órbita da Sacaparte (Esboço monográfico. Síntese documental)*. Lisboa: [s.n.]. Vol. 3.
- VAZ, João Luís de Inês (1974) - Alfaiates. A sua História e a sua gente, *Beira Alta*, Viseu. 34:3, p. 295-319.
- VITERBO, Sousa (1922) - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional.

(*) Gabinete de Arqueologia do Município do Sabugal e Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património